

GILMAR MOREIRA DO AMARAL

**AGRICULTURA FAMILIAR E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO
MUNICÍPIO DE TURVO/PR**

GUARAPUAVA, 2015

GILMAR MOREIRA DO AMARAL

**AGRICULTURA FAMILIAR E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO
MUNICÍPIO DE TURVO/PR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Geografia (Área de Concentração: Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos).

Orientador: Prof^o Dr. Sergio Fajardo

GUARAPUAVA, 2015

Catálogo na Publicação
Biblioteca Central da Unicentro, Campus Cedeteg

A485a Amaral, Gilmar Moreira do
Agricultura familiar e as transformações socioespaciais no município de
Turvo/PR / Gilmar Moreira do Amaral. -- Guarapuava, 2015
xii, 71 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em
Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, 2015

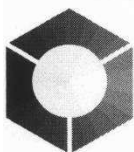
Orientador: Sergio Fajardo

Banca examinadora: Cecilia Hauresko, Alexandre Gonçalves Cunha

Bibliografia

1. Geografia. 2. Campesinato. 3. Agricultura familiar. 4. Espaço rural. 5.
Relações socioambientais. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em
Geografia.

CDD 306.349



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO CEDETEG
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS – SEAA/G
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG

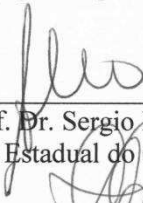


TERMO DE APROVAÇÃO

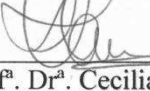
GILMAR MOREIRA DO AMARAL

AGRICULTURA FAMILIAR E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAS NO MUNICIPIO DE TURVO/PR

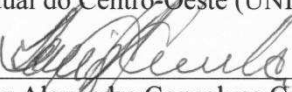
Dissertação **APROVADA** em 16/03/2015 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Geografia, na área de concentração Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), pela seguinte banca examinadora:



Prof. Dr. Sergio Fajardo – presidente
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)



Prof.^a Dr.^a Cecilia Hauresko
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)



Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)



Gilmar Moreira do Amaral

Guarapuava (PR), 16 de março de 2015.

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para sua
realização...*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares que me apoiaram e de uma forma ou de outra contribuíram com este trabalho, mesmo sem ter noção do que se trata um trabalho acadêmico;

Ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, e ao secretário do mestrado Alceu Harmatiuk;

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro nos últimos meses;

Ao professor Sergio Fajardo, por ter me aceitado como orientando, mesmo sabendo de minhas dificuldades com o meio acadêmico.

Agradeço aos meus amigos de mestrado, em especial aos que eu estudei durante a graduação;

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE SIGLAS	10
RESUMO	11
ABSTRACT	12
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1	16
1. O ESPAÇO RURAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	16
1.1 O debate sobre o rural.....	16
CAPITULO 2	20
2. AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA	22
2.1 A Abordagem clássica do camponês	23
CAPITULO 3	27
3. CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE TURVO	28
3.1 Transformações Socioespaciais no município de Turvo	31
3.2 Características e atividades das localidades rurais	35
CAPITULO 4	46
4. O MUNICÍPIO DE TURVO E A DIVERSIDADE NO ESPAÇO RURAL	46
4.1 Os Faxinalenses e suas lutas.....	46
4.2 Campina dos Morenos o reconhecimento Quilombola e a luta na terra.....	50
4.3 Agricultura familiar camponesa	52
4.5 A organização por meio de entidades: Alternativas e limites	57
4.1.1 COOPAFLOA – Cooperativa de Produtos Agroecológicos, Artesanais e Florestais de Turvo.....	58
4.1.2 Associação dos Grupos Ecológicos de Turvo - AGAECO	61
4.1.3 Sindicato dos trabalhadores rurais de Turvo – STR.....	62
4.5 A produção e o mercado de Plantas medicinais: algumas considerações	64
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	68
ANEXOS	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 População Rural e Urbana de Turvo.....	32
Tabela 2 PIB por setor da economia no ano de 2013 em de Turvo – PR.....	33
Tabela 3 Número e área dos estabelecimentos agropecuários em Turvo-PR – 2006.....	34
Tabela 4 Propriedades e área ocupada no município de Turvo-PR- 2006	34
Tabela 5 Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com ao relação ao tamanho da área – 2006.....	35

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Localização do Município de Turvo-PR.....	29
Figura 2 Divisão das localidades por suas características e atividades principais.	36
Figura 3 Paisagem da Localidade de Faxinal da Boa Vista.	37
Figura 4 paisagem da localidade de Colônia Velha Ivaí.	38
Figura 5 Paisagem da localidade de Passa Quatro	39
Figura 6 Paisagem da localidade de Arvoredo	40
Figura 7 Paisagem da localidade de Buriti	41
Figura 8 Paisagem da Localidade de Arroio Fundo dos Neumann	42
Figura 9 Paisagem da Localidade de Porterinha	43
Figura 10 Aldeia indígena Kaingang na Terra Indígena Marrecas.	44
Figura 11 Paisagem Rural em Comunidade Tradicional faxinalense.....	47
Figura 12 Agronegócio nos limites do Faxinal Saudade Santa Anita	48
Figura 13 3 Plantação de Plantas Medicinais	49
Figura 14 Plantação de milho no quilombo.....	51
Figura 15 Produção de milha em propriedade Camponesa	53
Figura 16 Area de produção modernizada.....	55
Figura 17 Sede do IAF e COOPAFLORA	58

LISTA DE SIGLAS

AGAECO - Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo

AGRARIA -CooperativaAgráriaAgroindustrial

CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

COAMO - Cooperativa Agroindustrial de Campo Mourão

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COOPAFLORA - Cooperativa de Produtos Agroecológicos, Artesanais e Florestais de Turvo.

CVALE - Cooperativa Agroindustrial

CRESOL - Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária

EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

FETRAF-SUL - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

IAF - Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONGs - Organizações Não Governamentais

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RURECO - Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Oeste

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná

RESUMO

O presente estudo consiste em desenhar o perfil da agricultura familiar do município de Turvo, levando em conta sua diversificação no ambiente social, econômico e cultural. Para tanto analisou-se este segmento a fim de identificar a diversidade vão desde a forma tradicional chamada de “agricultura familiar camponesa”, bem como as formas mais atuais representadas pela agricultura familiar modernizada e as comunidades tradicionais. Apresentamos os debates nos diferentes ramos da ciência. Analisamos também a crescente transformação no espaço rural e a inclusão da agricultura familiar nos mercados e que alteram as relações da sociedade rural. Entretanto, este debate tem um peso teórico conceitual relevante, sobre o termo agricultura familiar, estas concepções de conceito geram uma diversidade de interpretações e preposições, que refletem as ideias do segmento que realiza a discussão. Outro ponto fundamental na construção da pesquisa que faz-se necessário destacar a ligação direta do pesquisador com as comunidades pesquisadas, que por um lado isso facilita a compreensão da realidade, por outro o peso empírico torna mais complexa a análise teórica, bem como aumenta a responsabilidade, pois existe o convívio no dia-a-dia com o objeto de pesquisa.

Palavras Chave: campesinato, agricultura familiar, espaço rural, relações socioambientais

ABSTRACT

This study consists in draw the profile of the family farming in the municipality of Turvo, considering its diversification in social, economic and cultural environment. For analyzing this segment to identify the diversity ranging from the traditional way called "peasant family agriculture" as well as the most current forms represented modernized family farming and traditional communities. We present the debates in different branches of science. We also look at the increasing transformation in rural areas and the inclusion of family farming to markets and altering the relations of rural society. However, this debate has a relevant conceptual theoretical weight of the term family farming, these concept designs generate a diversity of interpretations and prepositions, reflecting segment the ideas of conducting the discussion. Another main key point in the construction of the research that it is necessary to highlight the researcher's direct link with the surveyed communities, on the one hand it facilitates the understanding of reality, on the other empirical weight makes it difficult to theoretical analysis and increases accountability, cause there is interaction in daily life with the object of research.

Keywords: peasants, family farmers, rural, social and environmentalrelations

INTRODUÇÃO

A proposta fundamental deste estudo consiste em elaborar um perfil da agricultura familiar do município de Turvo-PR, levando em conta sua diversificação nas esferas social, econômica e cultural. Nos interessa aqui, identificar a diversidade entre os agricultores familiares que vão desde a forma tradicional – agricultura familiar camponesa - bem como às formas mais atuais representadas pela agricultura familiar modernizada.

Os debates acerca da agricultura familiar têm conquistado espaço importante em diferentes ramos da ciência, bem como entre os setores do estado que elaboram políticas para o espaço rural. As constantes transformações no espaço rural como a crescente inclusão da agricultura familiar aos mercados e a modernização da agricultura fazem com que as relações da sociedade rural estejam vinculadas ao externo/urbano com muito mais frequência. Essas discussões acirram-se quando envolvem propostas para o desenvolvimento rural e geração de emprego e renda. Entretanto, este debate sobre o termo agricultura familiar tem um peso teórico conceitual relevante. Concepções de conceito geram uma diversidade de interpretações e proposições, que refletem as ideias do segmento que realiza a discussão.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO apresentam em seus estudos que a agricultura familiar é diversa de acordo com alguns fatores, que variam de infraestrutura, a forma de relação com a terra, entre outros fatores. Levando em conta os dados apresentados pelo Censo Agropecuário (2006) vemos que a agricultura familiar é uma categoria marcada por suas características próprias. O Censo Agropecuário mostra ainda dados quantitativos e qualificativos sobre a posse da terra e as atividades desenvolvidas. Segundo o Censo Agropecuário (2006) 83,7% das propriedades do município de Turvo, pertencem a agricultura familiar.

O município de Turvo é referência sobre a organização da agricultura familiar, diante disso faz-se necessário entender quais as transformações socioespaciais que resultam da organização da agricultura familiar no município? E quais as consequências dessas transformações na trajetória dos agricultores familiares do município?

Esta pesquisa objetiva realizar um estudo de caso relativo aos processos sociais/agrários no município de Turvo-PR, buscando desenhar o perfil da agricultura

familiar, levando em conta sua diversificação no ambiente social, econômico e cultural. Especificamente o objetivo é de identificar o perfil da agricultura familiar no município de Turvo-PR; avaliar as perspectivas e potencialidades; verificar a importância da agricultura familiar na organização socioespacial local; e identificar e caracterizar as entidades que atuam na organização e mobilização da agricultura familiar no município.

Podemos dividir em três os procedimentos metodológicos desta pesquisa sendo eles teórico, estatístico/quantitativo e empírico. A discussão teórica é faz-se necessária, como fundamentação para uma leitura do espaço rural, bem como os debates acerca da agricultura familiar. Os dados estatístico/quantitativo baseiam-se, sobretudo em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social -IPARDES e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e outros órgãos oficiais, que proporcionam um retrato preliminar da área de estudo. Para dados empíricos nos remetemos ao estudo direcionado às comunidades rurais, através de entrevistas, observações e trabalhos de campo.

Outro ponto fundamental na construção da pesquisa que faz-se necessário destacar é a nossa ligação direta com as comunidades pesquisadas, por um lado isso facilita a compreensão da realidade por parte do pesquisador, por outro somos carregados de dados empíricos que tornam difícil a análise teórica, bem como aumenta a responsabilidade, pois convivemos no dia a dia com o objeto de nossa pesquisa. Ao residir na mesma comunidade na qual se pesquisa as relações estão permeadas de ligações profissionais e pessoais, desta forma faz-se necessário construir novas relações sociais entre o pesquisador e o objeto de pesquisa.

CAPÍTULO 1

O ESPAÇO RURAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

CAPÍTULO 1

1. O ESPAÇO RURAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A ciência geográfica vem construindo um acúmulo de reflexões sobre o conceito de espaço e suas especificidades (rural e urbano). O espaço geográfico foi entendido por Santos (1992), como condição e resultado de uma eventual evolução social, diante disso este é caracterizado como social. Para inserir-se nesse debate, sabemos da dificuldade de proposição de novas reflexões, sem que estas estejam embasadas em autores clássicos, que construíram esta discussão até o presente momento. Desta forma, consideramos coerente discutir diferentes perspectivas de compreensão, sobre o tema, bem como, contextualizar como forma de embasar o que se pretende estudar.

É importante destacar que o rural vem sofrendo importantes alterações nas últimas décadas, muito bem interpretadas pelo esforço de geógrafos e demais estudiosos, que tem distintas perspectivas teórico-metodológicas. Tais perspectivas apresentam elementos conceituais para compreensão da dimensão espacial da sociedade.

Entretanto, podemos afirmar que não existe uma definição única sobre o espaço rural, este espaço tem diferentes definições que variam de acordo com o enfoque, estas refletem a leitura do rural através de algum componente. Porém, com o advento da globalização se percebe uma reestruturação do rural, assim os estudos buscam um enfoque que se aproxime desta estrutura concebida. Entendendo que, ocorreram tais transformações no rural e atualmente temos uma estrutura renovada no rural brasileiro. Vamos buscar discutir aqui alguns trabalhos de autores que apresentam tais transformações.

1.1 O debate sobre o rural

Inicialmente devemos destacar que entendemos o rural como espaço que vem sofrendo transformações relevantes, sobretudo em virtude da inserção capitalista. Desta forma faz-se necessário apontar que diversos autores têm se dedicado a compreender a complexidade do rural em suas investigações. Assim utilizaremos neste estudo autores brasileiros que são referenciais teóricos nessa temática.

Wanderley (2001) afirma que o conceito de continuum rural-urbano, expressa o fim da segmentação entre o rural e o urbano. Evidentemente que é levado em consideração o

crescimento e a expansão da urbanização e a “industrialização” da agricultura. Assim é notável que autores interpretem que houve uma ampliação de contatos e relações diretas entre o campo e a cidade, tornando a delimitação de ambos muito mais difícil. Diante disso, surge o conceito de *continuum* rural-urbano.

Entretanto, Wanderley (2001) afirma ainda que dentro desta perspectiva existem duas correntes elencadas por ela como principais. Uma delas leva em conta o espaço urbano como predominante, ou seja, este estaria com seus valores sobrepostos aos do rural. A autora destaca que esta corrente defende um processo de homogeneização em que o rural estaria sendo “consumido” pelo urbano e fatalmente este seria extinto. Wanderley (2001) é taxativa em sua afirmação sobre esta corrente teórica,

Levada às últimas consequências, esta vertente das teorias da urbanização do campo e do continuum rural-urbano apontam para um processo de homogeneização espacial e social, que se traduziria por uma crescente perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços sociais e, sobretudo, o fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana. (WANDERLEY, 2001, p. 32)

Por outro lado, a segunda corrente que a autora aponta, defende uma relação que aproxima e integra o campo e a cidade, sem que haja uma homogeneização entre os polos deste *continuum* rural-urbano, já que cada um tem suas particularidades. A autora destaca ainda que há mudanças consideráveis nas relações entre estes espaços, porém mesmo com essa integração entre o rural e o urbano não serão destruídas as particularidades de cada um. Wanderley (2001) se intitula como defensora desta corrente. Para ela,

[...] nesta reflexão, a idéia de que, mesmo quando se atinge uma certa homogeneidade, no que se refere aos modos de vida e à chamada “paridade social”, as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade. O que parece mais importante a registrar é que estas diferenças se dão não mais ao nível do acesso aos bens materiais e sociais, que seriam, então, de uma certa forma, similarmente distribuídos entre os habitantes do campo ou da cidade, nem mesmo no que se refere ao modo de vida de uns e de outros. (WANDERLEY, 2001, p. 33)

A autora ainda destaca que o rural permanece como espaço tendo suas especificidades, mesmo integrado ao mundo globalizado. Ela afirma que existe o “mundo rural”, e este representa o rural integrado com a sociedade brasileira e internacional, não estando isolado.

Não estou, portanto, supondo a existência de um qualquer universo isolado, autônomo em relação ao conjunto da sociedade e que tenha lógicas exclusivas de funcionamento e reprodução. Porém, considero que este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba. (WANDERLEY, 2001, p. 32)

Diante do exposto pela autora, entendemos que para ela deve ser considerado o rural como sendo um espaço de características que o identificam e o diferenciam do urbano, entretanto este não está isolado, mas sim conectado com o urbano e o mundo.

José Eli da Veiga (2006) faz uma análise epistemológica sobre as duas correntes sobre o rural e seu destino. O autor afirma que as pesquisas tendem a seguir estas correntes, mesmo que o pesquisador muitas vezes não tenha consciência disso. Veiga afirma ainda que as correntes são representadas por Lefebvre e Kaiser. Para ele

Mesmo que não tenham plena consciência, todos os que pesquisam sobre a ruralidade estão sob a influência de uma das duas hipóteses extremas sobre seu destino: a de completa urbanização ou a de um renascimento rural. Ninguém formulou a primeira de forma mais adequada do que o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre, em 1970. E ninguém foi tão oportuno em contrariá-la quanto o geógrafo e sociólogo Bernard Kayser, desde 1972. Todavia, passados mais de trinta anos, a ruralidade dos países centrais não desapareceu, nem renasceu, o que legitima a opção por uma terceira hipótese que as supere. (VEIGA, 2007, p. 4)

Lefebvre (1999apud Veiga, 2007, p. 17) considera a urbanização da sociedade que seria, a chamada sociedade urbana, a sociedade pós-industrial, “aquela que nasce da industrialização e a sucede”. Em sua obra Lefebvre trabalhava com a hipótese desse processo estar em curso, desta forma estaríamos entrando em uma expansão daquilo que ele chama “tecido urbano” em meio ao campo, estas manifestações do urbano estariam se sobressaindo e desta forma o urbano chegaria a totalidade do espaço de forma natural. O

autor destaca ainda que, "o tecido urbano", não designa, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo (LEFEBVRE, 1999 apud VEIGA, 2007, p. 17). Se considerarmos esta visão certamente o rural deixaria de ser diferente do urbano, bem como, todos os espaços seriam ocupados pelo tecido urbano e o social do rural estaria inserido ao social do urbano sem diferenciações.

No Brasil destacamos Jose Graziano da Silva como um dos autores que trabalham com essa hipótese, ele teve um dos trabalhos mais debatidos no país. O autor afirma que estamos vivendo um “novo rural brasileiro”, para ele, isto se caracteriza por uma nova conformação deste meio. O autor afirma que o rural brasileiro urbanizou-se,

[...] como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura – que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno - se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. Já tivemos oportunidade de mostrar que essa integração terminou por se consolidar nos chamados “complexos agro-industriais” que passaram a responder pela própria dinâmica da atividades agropecuárias aí vinculadas. (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 44)

O autor afirma ainda que, o “novo rural” é um processo natural e não tem volta, desta forma vamos ter uma urbanização do campo, assim como apresentada por Lefebvre. Para ele, esta em curso uma transformação em virtude da influencia das atividades urbanas que “invadem” o rural. Sendo assim, Graziano da Silva mostra que em pouco tempo o rural seria superado pelo urbano.

Seguindo a discussão apresentamos autores que defendem o renascimento rural, assim como Kaiser. Veiga (2004), mostra que Kayser entendeu que havia uma significativa mudança na demografia dos espaços rurais em países industriais, ou seja, um crescimento após alguns períodos de redução. Carneiro (2008) ressalta que Kaiser utilizando dados do censo francês, considera que há uma revitalização social e econômica do rural. Entretanto, mesmo que as atividades praticadas neste espaço sejam de cunho urbano a realidade do rural permanece, a este evento o autor denominará de “renascimento rural”.

O debate com tais perspectivas chega no Brasil, para interpretação do rural difundido pelas autoras Maria José Carneiro e Maria de Nazareth Wanderley. Para

Carneiro (2008) se levarmos em consideração que o rural está subordinado ou mesmo complementando o urbano, podemos afirmar que este não estaria perdendo suas características sociais e o seu modo de vida, mas esta relação faria com que acontecesse um fortalecimento das identidades consideradas rurais. Seguindo este raciocínio Maria de Nazareth Wanderley (2001), acrescenta que as afinidades e a continuidade do rural e do urbano não consomem as particularidades e, portanto, não levam ao fim do rural. Sobre o caso do Brasil Wandelely (2004), diz que os processos chamados globais como “industrialização” e modernização da agricultura, realizaram transformações profundas, porém, não ocorreu uma “uniformização” da sociedade a tal ponto de excluir as particularidades dos espaços rurais e sua população.

Diante do exposto podemos dizer que temos duas perspectivas sobre o rural, que são debatidas por diversos autores. Se por um lado uma delas analisa as transformações no rural, entendendo que este atravessa um processo de urbanização do campo, por outro lado há uma tendência que apresenta o processo de renascimento rural, mesmo considerando suas transformações e interações com o urbano. Estas duas abordagens mostram como cada autor interpreta o rural, porém muitas vezes nas entrelinhas não é possível entender claramente qual abordagem está sendo utilizada.

O fato é que as perspectivas apresentadas entendem que o rural não é mais representado pelas atividades puramente agrícolas, mas sim atividades em constante mudança e interação com o urbano. Para Veiga (2004) Lefebvre buscou resumir o rural ao agrário. Entretanto, se levarmos em consideração que o rural é puramente agrícola ou agrário, vamos chegar a conclusão de que existe uma urbanização do rural no Brasil, pois com o avanço do capitalismo no meio rural, este se torna cada dia menos agrícola.

Portanto, tendo em vista as discussões aqui apresentadas, entendemos o espaço rural como sendo específico, mas para tanto deve ser visto não somente como espaço do agrícola e atividades puramente rurais.

Considerando que o espaço rural consiste em um lócus material da presença da agricultura camponesa, e da vida dos sujeitos sociais do campo, compreender a formação e as características deste contribui para contextualizar localmente estes.

A seguir realizaremos um debate acerca do que chamamos de “agricultura familiar camponesa”.

CAPÍTULO 2

AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA

CAPÍTULO 2

2. AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA

Os debates acadêmicos, bem como as virtudes e os limites dos conceitos de Camponês e Agricultor Familiar já foram objeto de intensa controvérsia acadêmica. Neste capítulo apresentamos o debate sobre a categoria campesinato. Ressaltamos que, com o evento da expansão do sistema capitalista na agricultura brasileira a partir, dos anos de 1960 e com o processo de modernização da agricultura, a situação dos pequenos produtores se alterou, tendo em vista a “exclusão” e a seletividade deste processo. Neste contexto ressurgiu o conceito de camponês.

O termo “camponês” pode ser interpretado como um conceito ou categoria política, que de certa forma esta se contrapondo ao chamado “agronegócio”, ou esta sendo utilizado como um modelo teórico e analítico desta questão. Shanin (2005) destaca que o campesinato esta em constante evolução. Se entendermos desta forma, é possível dizer que não existe uma “fórmula” única para definir o campesinato ou o camponês. Podem sim existir formas e estratégias diferentes. Dentro desta perspectiva para Shanin (2005), o camponês é uma mistificação, além de a própria história mostrar a sua diversidade, quanto modo de reprodução social, sendo que “o mesmo” poderia ser diferente em anos diferentes. Entendendo que o mesmo pode “modificar-se” ou adaptar-se.

Não podemos deixar de citar que a partir da década de 1990 os conceitos de camponês e agricultor familiar sofreram alterações as quais têm desencadeado pesquisas acadêmicas em diversas áreas, desta forma cada autor busca o conceito inerente ao seu trabalho e o próprio objetivo deste trabalho.

O caso do campesinato ainda apresenta concepções como a de Chayanov, que afirma haver uma “unidade econômica camponesa”, baseada nas questões de trabalho e consumo, onde os valores de uso são essenciais ficando de lado os valores de troca, Chayanov (1974). Para Mendras (1978) existe a expressão daquilo que ele chama de “modo de vida camponês”, baseado na economia de subsistência, o que proporciona uma maior autonomia e desta forma ele se diferencia da sociedade que o engloba.

Portanto, foram desenvolvidas diferentes abordagens com intuito de conceituar o campesinato, bem como analisar o seu comportamento diante do avanço do capitalismo no

campo. Entretanto, ao utilizarmos o termo agricultura familiar, estamos nos referindo a uma forma de reprodução social, levando em conta as características que cuja importância e significado provocaram o debate de ideias no decorrer dos anos, buscando abordagens com intuito de conceituar o campesinato, bem como, interpretar seu comportamento com o advento da entrada do capitalismo no campo.

2.1 A Abordagem clássica do camponês

Nesta discussão, pretende-se abordar o campesinato tendo como foco os estudos clássicos. Aqui buscaremos apresentar os estudos sobre o rural, que tiveram e ainda tem influência sobre as discussões que compreendem as leituras sobre as relações capitalistas de produção no campo. Pretende-se mostrar a linha de pensamento central dos autores, bem como a sua influência no debate.

Dentro do referencial teórico construído pela abordagem marxista, destacamos Lênin que faz uma reflexão detalhada sobre alguns trabalhos de sua época, ele apresenta algumas contradições com relação ao campesinato no capitalismo. Tal abordagem analisava a agricultura camponesa como um setor que estaria prestes a desaparecer em virtude do crescente avanço do modelo capitalista de produção. Para explicar esse fenômeno, segundo Carneiro (2009):

Lênin acreditava na generalização das relações de produção, especificamente capitalista, no interior da produção agrícola, a destruir o campesinato através da *diferenciação interna* e de sua integração no mercado capitalista. Para o autor, a persistência de relações não-capitalistas de produção no campo era entendida como resíduo em vias de extinção. (CARNEIRO, 2009, p. 58)

Lênin afirma que o campesinato em sua forma original deixará de existir, e seria substituído por uma sociedade rural que estaria inserida na economia mercantil, como consequência da produção capitalista. A ideia central de Lênin é de que o camponês está inteiramente vinculado ao capitalismo, por isso ele tem a tese da extinção do campesinato, mostrando que os camponeses estavam caminhando para compor a burguesia rural e o proletariado rural.

Segundo essa análise, o camponês se “transformaria” em um burguês, utilizando os meios de produção para acumulação do capital ou se tornaria um proletário rural, sem os meios de meios de produção obrigando-se a vender sua força de trabalho.

Lênin compreendia que a inserção da “economia natural” no âmbito da produção mercantil teria como consequência inevitável no processo de evolução social, a diluição desta forma de produção em duas classes: de um lado, um estrato de proletários rurais e, de outro, um campesinato burguês, economicamente mais favorecido em função da utilização do trabalho assalariado. A maioria das famílias camponesas, bem-sucedidas, empregaria força de trabalho assalariada, sobretudo permanente. (CARNEIRO, 2009, p. 58)

Levando em consideração esta análise, estando inserido na economia de mercado o camponês estaria caminhando para sua própria extinção ou transformação.

Para Kautsky, também teórico marxista, o camponês estaria em processo de transformação, em virtude da superioridade técnica e econômica da grande exploração capitalista em frente a pequena exploração de caráter familiar.

O autor descreve a influência do capitalismo na agricultura/campo, bem como as transformações em curso no final do século XIX. Ele faz ainda uma análise futura com relação ao campesinato, levando em conta a inserção capitalista. Kautsky entende que grande propriedade é superior tecnicamente e mais eficaz que pequena propriedade, para ele a penetração do capitalismo no campo provocaria a “industrialização da agricultura”.

Segundo Carneiro (2009), Kautsky relata que os camponeses ao se inserirem nos moldes do sistema capitalista, estariam em um “processo de subordinação da agricultura à indústria,” citando o exemplo de “caso dos produtores dinamarqueses e suíços, submetidos às cooperativas de leite.” Para exemplificar esse processo Alves (2009) destaca,

[...] os processos de integração agricultura-indústria, a dependência intersetorial, extermínio ou diminuição da pequena produção camponesa, surgimento de manufaturas e objetos industrializados para a produção agrícola, aumento do êxodo rural e o aumento de empregos nos centros urbanos a oferecerem melhores remunerações e condições de vida. (ALVES, 2009, p. 148)

Na opinião de Alves (2009), levando em conta as análises de Kautsky, esse processo determinou um novo ritmo na vida do camponês que cada vez mais necessitaria de capital para realizar suas atividades agrícolas. Entretanto, seguindo o raciocínio de

Kautsky, podemos afirmar que o camponês não teria outra possibilidade a não ser a integração à economia de mercado e desta forma estaria seguindo para sua extinção.

Contrariando as teorias de Lenin - proletário e burguês rural com desaparecimento do camponês - e Kautsky- irreversível integração a indústria e superioridade técnica - vimos no decorrer dos tempos a exclusão de alguns camponeses e a subordinação/dependência de outros. Porém, a agricultura camponesa manteve-se ao longo do tempo, mesmo tendo que se adaptar as conjunturas econômicas. Desta forma, a idéia das classes do proletário e burguês rural exposta por Lenin ou a da integração a indústria de Kautsky, não mostram elementos suficientes para explicar a sobrevivência do modelo de agricultura camponesa até os dias atuais.

Chayanov, teórico Russo, no início do século XX, em sua discussão sobre o campesinato partiu de uma análise interna do mesmo, abordando elementos que demonstram que o campesinato tem como base a família, conforme destaca Carneiro (2009).

Na percepção de Chayanov, apesar do predomínio das formas capitalistas de produção, prevalece na maioria dos países um tipo de exploração campesina cuja racionalidade não pode ser analisada à luz das teorias econômicas clássicas e das teorias modernas derivadas delas. Em função dessa constatação, ele elaborou uma teoria sobre a unidade econômica camponesa, partindo da sua lógica interna, baseada no trabalho do próprio produtor e de sua família. (CARNEIRO, 2009, p. 55)

Dentro da perspectiva de análise apresentada por Chayanov a economia camponesa seria uma economia não capitalista. O autor desenvolve sua teoria, buscando demonstrar que os elementos da economia capitalista não são aplicáveis para explicar a forma de produção do campesinato. Tem como base que a produção camponesa deve ser analisada sob os fatores, terra, trabalho e capital. Segundo Pontes (2005), Chayanov entende que “o trabalho da família é a única condição possível para a obtenção de recursos para um camponês”, já que não existe advento do salário, e por consequência “está ausente o cálculo capitalista do lucro”. Pontes (2005) destaca alguns pontos chave da teoria de Chayanov entendendo que:

O núcleo de sua teoria passa a ser o balanço existente entre o consumo familiar e a exploração da força de trabalho. É importante, portanto, determinar empiricamente o ponto no qual o camponês deixa de trabalhar, em que ir mais além significa um grau de exploração da sua força de trabalho que só lhe permite a satisfação de necessidades que são culturalmente definidas como marginais. O principal objetivo das

operações e transações econômicas do camponês é a subsistência e não a obtenção de uma taxa normal de lucro. (PONTES, 2005, p. 36)

A contribuição do autor permite valorizar uma categoria social, apresentando elementos que possibilitam a construção de um projeto de desenvolvimento.

No capítulo seguinte iremos caracterizar o contexto do município de Turvo e as especificidades do espaço rural do mesmo. Trata-se de um caso onde as contradições conceituais relativas ao camponês ou agricultor familiar manifestam-se materialmente e imaterialmente no espaço.

CAPÍTULO III

CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE TURVO

3. CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE TURVO

O município de Turvo localiza-se na mesorregião Centro-Sul do estado do Paraná, na região Sul do Brasil. Segundo o IBGE está limitado nas coordenadas de 25°02'34"S e 51°31'47"W. Situa-se no Terceiro Planalto Paranaense, com terrenos ondulados, destacando-se à leste as escarpas da Serra Geral, conhecida na regionalmente como Serra da Esperança, há uma altitude de 1.040 metros (IPARDES, 2014). O solo predominante é o latossoloálico. (PARANÁCIDADE, 2004). O município ainda conta com abundante cobertura florestal - Ombrófila Mista ou Mata de Araucária. Os pinheiros, imbuias e a erva-mate se destacam, bem como, os campos naturais. Ao Norte está o maior rio do município, o Ivaí. O clima é subtropical, úmido mesotérmico, com verão quente e geadas frequentes no inverno, com tendência de concentração de chuvas nos meses de verão. A principal rodovia que atravessa o município é PR 466 está o liga ao norte do Paraná e a sul com o estado de Santa Catarina.

Segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2010) o município de Turvo apresenta uma população de aproximadamente 13.811 habitantes, cerca de 8.763 pessoas residem na área rural (63,45%) e 5.048 vivem na área urbana (36,55%). Segundo informações oficiais do IBGE o município de Turvo tem uma área que totaliza 925,662 km², sendo que representa 0,2867% do estado do Paraná. Em 1972 foi iniciado o primeiro movimento pró-emancipação de Turvo, que culminou com a realização de um plebiscito em 02 de maio de 1982, sendo o resultado foi favorável à criação do município. A emancipação ocorreu em 12 de maio de 1982, através da Lei Estadual nº 7.576, de 12 de maio de 1982, com território desmembrado de Guarapuava.

Turvo limita-se ao norte com os municípios de Boa Ventura de São Roque e Cândido de Abreu, ao sul com Campina do Simão e Guarapuava, a leste com Prudentópolis e a oeste com Campina do Simão, Santa Maria do Oeste e Boa Ventura de São Roque.

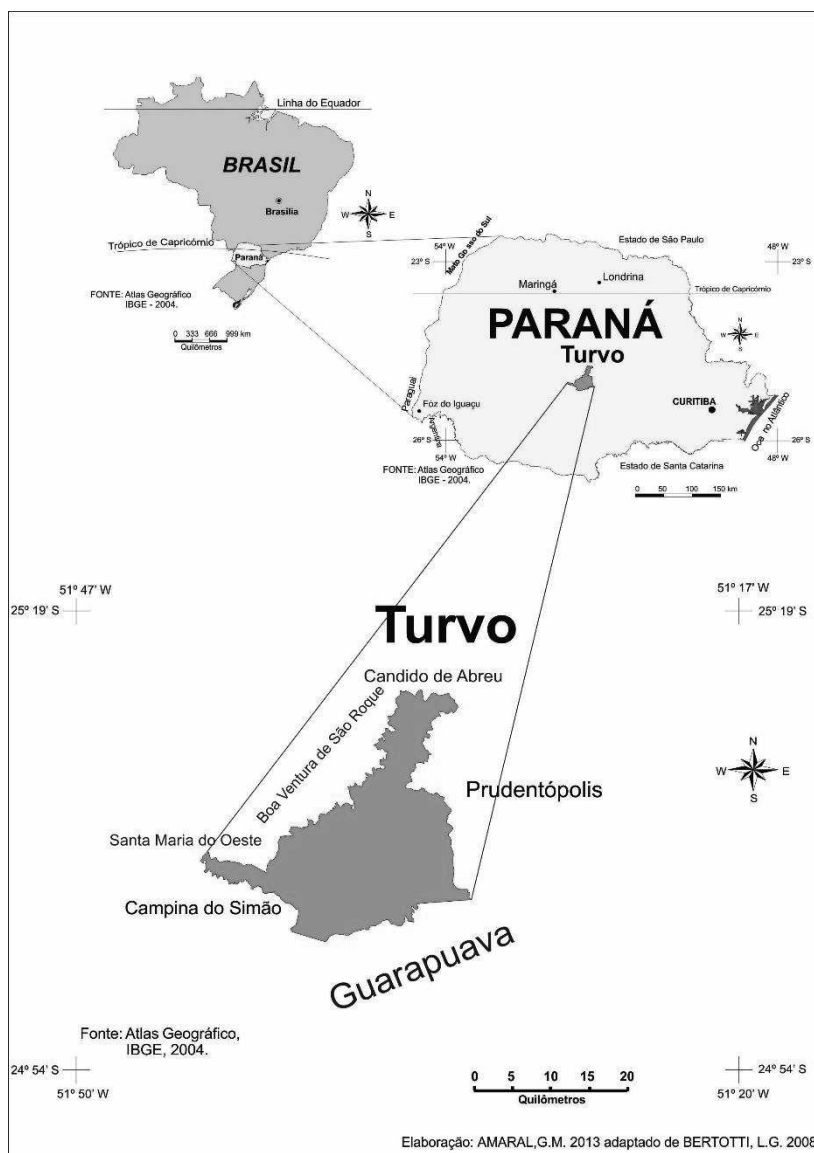


Figura 1 Localização do Município de Turvo-PR. Fonte: Adaptado de Bertotti, 2008.

Segundo os registros históricos oficiais do município de Turvo (2013) a região onde hoje está plantado o município, teve seu desbravamento iniciado em meados do século XVIII. O nome Turvo se deu em virtude do nome do desbravador Antônio Leonel Ferreira, vindo de São Pedro do Turvo no estado de São Paulo, que se adentrou nos sertões da região. Circulando e desbravando a região, o grupo liderado por aquele nominou algumas localidades como Boa Ventura, Tigre, Rio Bonito e Rio do Turvo, este em homenagem à sua terra natal. Uma das localidades nasceu às margens do Rio Turvo, mais tarde conhecida por Turvo, ficando esta a denominação final do município.

No início do século XIX, famílias de varias regiões requeriam terras ao Estado, sendo que estes requerimentos eram denominados registros. A distribuição dessas terras

era feita mediante denominação dos imóveis, dos quais se destacam Faxinal dos Rodrigues onde se localiza atualmente a sede urbana do município, Rio do Salto ou Arvoredo que atualmente são denominações de duas comunidades rurais próximas a sede, São Jerônimo ou Cachoeira, também nomes de duas comunidades rurais atualmente, Colônia Velha ou Baixo Ivaí atualmente comunidades ao norte do município na divisa com Prudentópolis e cândido de Abreu, Saudades nome da atual da comunidade, Paiquerê na divisa com Guarapuava e Campina do Simão, Rio Bonito divisa com Boa Ventura de São Roque, dentre outros.

Os requerentes e seus sucessores foram com o passar do tempo vendendo parte de suas terras para outras famílias, bem como, foram subdividindo por sucessão hereditária. Desta forma, as áreas das propriedades foram ficando menores. Por volta de 1920 a localidade contava com diversas famílias radicadas, as quais formaram pequenas plantações e criação de suínos. Segundo dados oficiais as primeiras famílias que se instalam na margem norte do Rio Turvo, são as de Ernesto Arnoldo Rickli, Ernesto RickliSobrino, Jorge Neiverth e Guilherme Rolvert. Já as margens sul do Rio Turvo, são as famílias de Antônio Bahls, BalduinoBahls, Gabriel Machado, Jaime Nunes Ferreira, Henrique Clay, Benedito Lisboa de Sousa, JulioKarpinski, Jacob Bettega (TURVO, 1987).

Em 1924 teve início o primeiro movimento religioso, através de membros da Igreja Evangélica Presbiteriana do Brasil. Sendo que em 1928 passou a ser uma congregação e em 1938 passa a ter a igreja organizada. No ano de 1934 passou a funcionar provisoriamente a primeira escola no salão da Igreja Presbiteriana, sendo as primeiras professoras a senhora Frida Neiverth e Amália Rickli.

O perfil das famílias que habitavam o município nesse período era diferenciado, havendo uma predominância das famílias de origem cabocla. Estas mantinham uma relação com a natureza, em virtude de seus traços étnicos e culturais, baseada no uso da terra buscando meios para garantir a subsistência da família e a reprodução do seu modo de vida.

Destaca-se que a localidade de Turvo teve seu primeiro impulso para o desenvolvimento econômico entre as décadas de 1930 e 1940, com a exploração da madeira, na época muito abundante na região, chegando ao auge em 1960. Esse processo mudaria a dinâmica local, bem como, ocasionaria profundas transformações socioespaciais, conforme vemos a seguir.

3.1. Transformações Socioespaciais no município de Turvo

A ocupação do município iniciou-se com a presença indígena, especificamente dos povos da etnia Kaingang (MARCONDES, 1998). Estes são considerados habitantes originários da região, que mais tarde seria povoada por caboclos, que chegaram antes da frente de colonização dos migrantes e imigrantes de origem europeia. No final do século XIX, já era possível ter registro de que os colonos chegaram na porção territorial que hoje é o atual município de Turvo. Segundo Souza (2001) eram migrantes de origem portuguesa vindos pelo sul do município e poloneses, ucranianos e portugueses a norte especificamente às margens do Rio Ivaí. Entretanto no início do século XX, por volta de 1920 chegaram migrantes de origem suíça, alemã, russa e italiana, data esta que coincide com a abertura da Estrada Boiadeira, sendo que a partir deste momento intensifica-se a colonização, através da vinda de outras famílias de migrantes.

Esse processo é relatado por um agricultor que ao ser entrevistado fala da sua origem e de onde vieram seus pais e avós,

O pai veio de Prudentópolis, são tudo daqui mesmo. Era filho de ucranianos mesmo. Os pais da mãe eram gaúcho e polaca. Se acharam por aí e até hoje está aí essa família... O pai da mãe tinha de 100 alqueires na Cambucica; antigamente ninguém dava valor...Foram vendendo, era muita terra. (Entrevistado Setembro de 2014)

Os migrantes que chegaram na região traziam consigo a esperança de adquirir grandes quantidades de terra e a mentalidade de produzir grãos e carne, para fins comerciais, que agora era possível com a abertura da estrada que facilitava o acesso para Guarapuava, desde aquela época, um centro comercial na região. Assim, podemos perceber que as relações sociais e econômicas passaram por transformações. Segundo Souza (2001) além da produção para subsistência iniciam-se ainda, nesse momento, algumas relações comerciais para venda dos produtos em aglomerados urbanos como Palmeirinha e Guarapuava.

Os principais itens vendidos eram a carne de porco, milho, feijão, arroz e erva-mate, entre outros. Como consequência da melhoria na rede viária no final da década de 1940 a atividade madeireira foi estimulada em toda a região. A exploração da atividade madeireira transformaria as relações econômicas e sociais com maior intensidade. As

madeireiras proporcionavam o ganho de salário para filhos de pequenos proprietários de terra. Para Martins (2001, p. 62),

[...] este deslocamento de mão-de-obra, gerava descontinuidade e “abandono” na organização da produção internamente à propriedade familiar, ao mesmo tempo, que estimulava o corte de madeiras nessas propriedades por não haver mais sentido em manter o componente florestal em um sistema decadente, já que a renda advinda do assalariamento nas serrarias era mais segura e constante, além do que provia as necessidades da família. (MARTINS, 2001 p. 62)

Observamos que a partir da retirada da madeira as terras estariam disponíveis para o mercado de terras. Porém, o setor madeireiro atingiu seu limite por volta do início dos anos de 1970. Este processo fez com que aumentasse a migração em busca de terras para produção agrícola, sendo que estas traziam a modernização tecnológica dos sistemas de produção vindos do sul do país, naquele momento. Juntamente com estes migrantes vindos do estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, aparece a mecanização e o uso intensivo de insumos agrícolas, incentivado pelo Estado, com advento da revolução verde. Desta forma a lógica capitalista de acumulação, chega ao meio rural. Para Souza (2001) essas transformações tiveram o estado como agente estimulador,

O fato é que, a demanda por terras na localidade aumentou muito, devido principalmente ao estímulo dado pelas políticas agrícolas do Governo na década de 70. Pode-se constatar que entraram na região além dos colonos gaúchos, reflorestadoras, especuladores e empresas agrícolas. Independente de sua origem, estes “novos agentes” conferiram à terra um uso mais intensivo e um caráter mais mercantil. (MARTINS, 2001 p. 79)

Este processo de modernização da agricultura, afeta a dinâmica local, produzindo o êxodo rural e a migração de muitas famílias para a sede do município e para municípios vizinhos. A lógica do êxodo rural, em especial para sede do município predomina no decorrer da década de 1990.

A tabela a seguir (Tabela 1) apresenta os dados dos censos demográficos, que mostram a oscilação entre a população urbana e rural do município. Entre 1991 e 2000 é possível observar a migração do interior do município para a área urbana.

Tabela 1 População Rural e Urbana de Turvo

Ano	Rural	%	Urbana	%	Total
1991	11.302	79,90	2.844	20,10	14.146
2000	10.351	71,24	4.179	28,76	14.530

2010	8.763	63,45	5.048	36,55	13.811
------	-------	-------	-------	-------	--------

Fonte: Dados Censo Demográfico de 1991-2010 (IBGE). **Org:** Amaral, G. M. 2014.

Entre 2000 e 2010 é possível observar um processo de migração tanto do interior para sede urbana, como a saída da população do município. Entretanto, acreditamos que essa perda ocorreu principalmente no campo, em decorrência de agricultores familiares que venderam suas propriedades. Os moradores que saem do município se instalam em municípios da região ou em alguns casos no estado de Santa Catarina. Ainda que substantivas parcelas dos moradores que saíram da área rural tenham se fixado em centros urbanos próximos de suas áreas de origem, predominaram os deslocamentos de maior distância, resultando em saldos migratórios negativos para fora da região (IPARDES, 2014).

As atividades econômicas principais desenvolvidas no município são a extrativa vegetal, a pecuária, a indústria e o comércio. Apesar da maioria das atividades realizadas no município estarem ligadas à agricultura, setores como a indústria e o de serviços contribuem substancialmente com o do PIB municipal, conforme podemos observar na tabela 2, a seguir:

Tabela 2. PIB por setor da economia no ano de 2013 em de Turvo – PR

Setor	Percentual do PIB
Agropecuária	28,29 %
Indústria	24,40 %
Serviços	45,31 %

Fonte: IPARDES (2014). **Org:** Amaral, G. M. 2014.

Em Turvo a indústria que predomina atualmente é a de papel e transformação da madeira. A matéria prima desse setor está vinculada aos principais produtos agro-silvipastoris obtidos no município, ou seja, a madeira (em tora) e erva-mate. O setor de serviços apresenta uma rede de estabelecimentos comerciais constituída por supermercados, restaurantes, lojas agropecuárias, materiais para construção, postos de combustíveis, farmácias, lojas de calçados e confecções e peças e acessórios. A área do município ocupada com lavouras é bastante relevante. Segundo os dados do Censo Agropecuário (2006) as principais produções são: arroz, aveia, cevada, feijão, milho, soja e trigo. Ocorre ainda criação de: gado de corte, gado leiteiro, suínos, caprinos e ovinos entre

outros. Abaixo (Tabela 3) podemos observar dados da estrutura fundiária do município de Turvo-PR.

Tabela 3 Número e área dos estabelecimentos agropecuários em Turvo-PR– 2006

TAMANHO EM HA	QTD	%	TOTAL ÁREA EM HA	%
De 0 a menos de 3	455	27,04	444	0,56
De 3 a menos de 4	93	5,53	323	0,41
De 4 a menos de 5	101	6	483	0,61
De 5 a menos de 10	212	12,6	1.598	2,03
De 10 a menos de 20	257	15,28	3.759	4,78
De 20 a menos de 50	215	12,78	6.675	8,5
De 50 a menos de 100	101	6	7.294	9,28
De 100 a menos de 200	53	3,15	7.390	9,41
De 200 a menos de 500	47	2,79	14.272	18,17
De 500 a menos de 1000	9	0,54	6.023	7,67
De 1000 a menos de 2500	3	0,18	3.483	4,43
De 2500 ha e mais	2	0,12	X	X
Produtor sem área	134	7,97	0	0
TOTAL	1.682	100	78.564	100

Fonte: Dados censo agropecuário - IBGE 2006. **Org:** Amaral, G. M. 2014.

Conforme pode ser visto na tabela 3, cerca de 79,25% dos estabelecimentos rurais de Turvo possui uma área menor que 50 hectares. Desta forma é fácil identificar que a maioria absoluta dos estabelecimentos existentes no município faz parte da agricultura familiar conforme pode ser constatado na tabela 4.

Tabela 4 Propriedades e área ocupada no município de Turvo-PR- 2006

Familiar Lei 11.326/06				Não familiar			
Nº	%	Área (ha)	%	Nº	%	Área (ha)	%
1 408	83,7	14 907	19,1	274	16,3	63 439	80,9

Fonte: Dados censo agropecuário - IBGE 2006. **Org:** Amaral, G. M. 2014.

Analisando este cenário notamos que Turvo apresenta um total de 1.682 propriedades rurais (IBGE, 2006), dos quais 1.408 classificadas como Agricultura Familiar, ou seja, 83,7 % do total representando predominância da agricultura familiar. Por outro lado, essa agricultura utiliza-se de 14.907 ha, apenas 19,1 % das áreas das

propriedades do município. Vale ressaltar que apenas 274 propriedades patronais, ou 16,3 % do total, possuem 80,9 % do total das terras do município. Este número é muito superior à área dos estabelecimentos da agricultura familiar que em número correspondem a 87,7% , o que demonstra uma grande concentração fundiária. Na tabela podemos observar o número de mão de ocupada na agricultura por tamanho de propriedade.

Tabela 5 Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com ao relação ao tamanho da área – 2006

TAMANHO EM HA	Nº DE OCUPADOS	%
De 0 a menos de 3 ha	1246	26,90
De 3 a menos de 4 ha	244	5,27
De 4 a menos de 5 ha	250	5,40
De 5 a menos de 10 ha	595	12,85
De 10 a menos de 20 ha	703	15,18
De 20 a menos de 50 ha	580	12,52
De 50 a menos de 100 ha	295	6,37
De 100 a menos de 200 ha	133	2,87
De 200 a menos de 500 ha	148	3,20
De 500 a menos de 1000 ha	63	1,36
De 1000 a menos de 2500 ha	12	0,26
De 2500 ha e mais	16	0,35
Produtor sem área	347	7,49
Total	4.632	100

Fonte: Dados censo agropecuário - IBGE 2006. Org: Amaral, G. M. 2014.

Novamente notamos que a grande maioria da população ocupada na agricultura está nos estabelecimentos menores que 50 hectares. Isso novamente indica o potencial da agricultura familiar na ocupação da mão de obra no meio rural de Turvo. Diante disso vamos analisar as principais características das localidades rurais do município no item a seguir.

3.2 Características e atividades das localidades rurais

Turvo tem um rural com grande diversidade, isso é visível nas características das localidades rurais, pois cada uma possui uma dinâmica, em especial com relação a

produção e organização da agricultura familiar. Realizamos aqui um esboço das principais características e atividades encontradas nas localidades. Na figura 2 apresentamos um quadro com as localidades divididas por suas principais características e numeradas aleatoriamente.

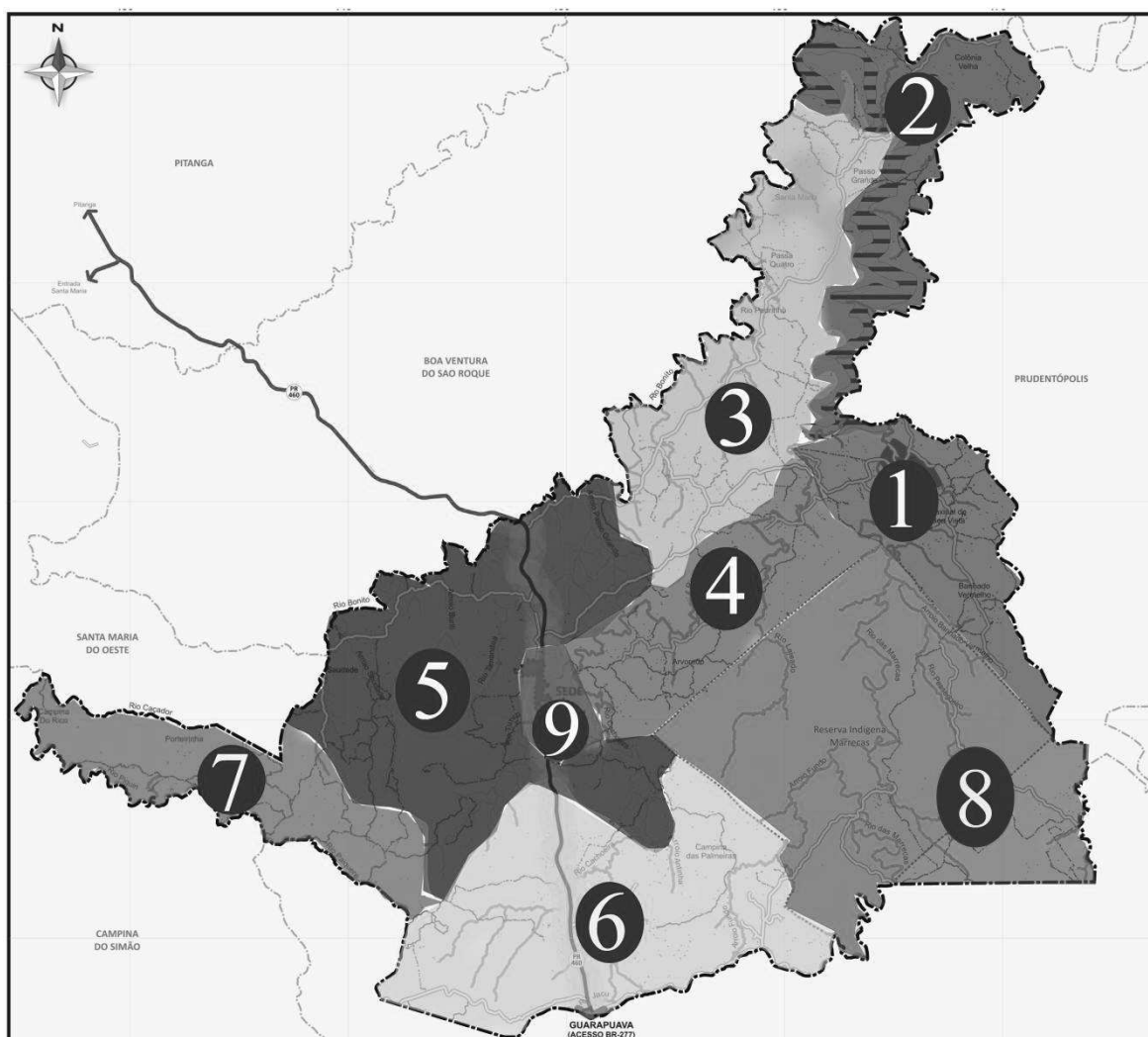


Figura 2 Divisão das localidades por suas características e atividades principais. Fonte: Amaral, G. M. 2014.

Área 1 -está localizada a empresa de papel IBEMA¹, o que interfere em toda a dinâmica local. Nesta região predominam as plantações de pinus. O relevo é acidentado o que dificulta a plantação das lavouras, sendo assim se constata a criação de gado de corte e gado leiteiro na maioria dos estabelecimentos, sendo estas as principais atividades dos

¹ IBEMA Companhia Brasileira de Papel é uma das maiores produtoras de papel cartão do país. Atua no município desde o anos 60.

agricultores. Os moradores são grande parte de origem polonesa e ucraniana, resultado da colonização por migrantes oriundos do município de Prudentópolis.



Figura 3 Paisagem da Localidade de Faxinal da Boa Vista. Fonte: Campo 2014.

Outra característica dessa região é a pluriatividade, pois agricultores e seus filhos trabalham em atividades fora da propriedade. As principais atividades não agropecuárias encontradas são relacionadas a produção de papel, algumas no corte e transporte de madeira e outras no chão da fábrica IBEMA. As principais localidades desta região são: Cachoeira do Mendes, Carriel, Faxinal da Boa Vista (sede IBEMA) e Banhado Vermelho.

Área 2 - fica divisa com os municípios de Cândido de Abreu e Prudentópolis. No vale do rio Ivaí, no segundo planalto, abaixo da Serra da Esperança, seus moradores são de origem polonesa e ucraniana. A principal atividade é a produção de feijão, milho, frutíferas, mandioca e hortaliças. Observa-se ainda em virtude do relevo acidentado a criação de gado de corte em quantidade considerável e a plantação de pinus e eucalipto.



Figura 4 paisagem da localidade de Colônia Velha Ivaí. Fonte: Campo 2014.

A atividade leiteira tem aumentado nesta região, principalmente nas localidades de Santinho 1 e Santinho 2. O relevo acidentado dificulta a plantação de áreas extensas, sendo que predominam áreas menores de plantação. Os agricultores familiares desta região possuem traços camponeses, com pouca integração ao mercado. Além das localidades já citadas se destacam ainda Marrecas e Rio Belo, ambas as margens do Rio Ivaí.

Área 3- localizada na parte superior da Serra da Esperança, nesta região predomina o cultivo de áreas maiores, já que o relevo é menos acidentado. As atividades variam entre a criação de gado de corte, gado leiteiro, soja, milho e trigo e outros cereais. Predominam os agricultores familiares modernizados, mais integrados ao mercado, sendo que grande parte acessa o PRONAF, nas modalidades de custeio e investimento para ampliarem suas atividades.



Figura 5 Paisagem da localidade de Passa Quatro. Fonte: Campo 2014.

Esta região está se tornando uma grande bacia leiteira dentro do município, com incentivo do crédito para tal fim.

Área 4 – aqui ainda existe boa cobertura florestal nativa. A produção de erva-mate, plantas medicinais e condimentares, atividade leiteira são predominantes, observa-se ainda o plantio de soja e milho por alguns agricultores familiares modernizados. Porém, lavouras de pequeno porte desenvolvidas por agricultores familiares camponeses, são observadas.



Figura 6 Paisagem da localidade de Arvoredo. Fonte: Campo 2014

Um das regiões de maior altitude do município. A produção leiteira esta se tornando a principal atividade dessa região, para agricultores que buscam uma maior fonte de renda. Observa-se ainda a criação de caprinos, ovinos e hortaliças, mesmo que em pouca quantidade. Destacamos nessa região as localidades de Rio do Salto, Arvoredo e Pachecos.

Área 5 -nesta região está uma grande área preservada de mata com araucária. Nela estão algumas das famílias tradicionais/pioneiras, como Rickli e Horst. As atividades principais são a atividade leiteira, criação de porcos, extrativismo de erva mate e pinhão, bem como, produção de soja, milho, trigo e outros cereais. Destaque para a comunidade de Faxinal Saudade Santa Anita, onde se preserva o modo de vida faxinalense, que será descrito a baixo.



Figura 7 Paisagem da localidade de Buriti. Fonte: Campo, 2014

A erva-mate é uma importante atividade para agricultores familiares desta região. A maioria da produção provem de erva-mate nativa, garantindo assim uma maior qualidade e conseqüentemente um melhor preço ao produtor. As lavouras estão em clareiras em meio a mata, sendo que a maioria das propriedades possui grande cobertura florestal nativa.

Área 6 - região marcada por áreas de cobertura florestal, tanto nativas como plantação de pinus. Agricultores familiares camponeses predominam, sendo suas atividades a criação de animais como, aves, ovinos e caprinos. A plantação de pequenas lavouras é vista, nessa região, em especial a de base agroecológica, assim como a produção de hortaliças. Alguns agricultores estão na atividade leiteira, mais modernizada, com apoio do crédito rural.



Figura 8 Paisagem da Localidade de Arroio Fundo dos Neumann. Fonte: Campo, 2014

Observa-se ainda que a organização por meio da associação da localidade de Arroio Fundo dos Neumann, tem dado resultados práticos para aquela comunidade. A conquista de um bom número de unidades habitacionais de programas do governo federal é um bom exemplo. Na figura 8 vemos a lavoura de pequena escala, em primeiro plano e ao fundo as unidades habitacionais novas na localidade. Outras localidades que se destacam são Arroio Fundo dos Pupos, Arroio Fundo dos Rizi, Campina das Palmeiras, Cachoeira dos Turvo, Dodge e Mapim.

Área 7 - predominam grandes plantações de pinus de empresas da região, bem como, plantação de soja, milho e trigo em grandes extensões de terras. A agricultura familiar camponesa desta região atua na atividade de plantio de miudezas para consumo, bem como, trabalham em fazendas da região. Nesta área encontra-se ainda, agricultores familiares modernizados, que cultivam soja, milho e trigo em suas áreas. Nesse contexto esta inserido a Comunidade Quilombola Campina dos Morenos, que mais a frente abordaremos.



Figura 9 Paisagem da Localidade de Porterinha. Fonte: Campo, 2014

Os agricultores familiares camponeses dessa região, tem grande dificuldade financeiras, muitos deles acessam benefício social dos programas de distribuição de renda. Já os a agricultores familiares modernizados utilizam de insumos e equipamentos para plantio e colheita, com credito rural.

Área 8—esta localizada a Terra Indígena Marrecas com uma área de aproximadamente 18% do município de Turvo. Nela encontra-se duas tribos indígenas Kaingang (maior parte) e Guaranis. O cultivo agrícola, atualmente, é de milho, feijão e mandioca, o sistema de roçada da vegetação, queima e plantio ainda predomina. Outras atividades como o artesanato, extração da erva-mate e criação de animais soltos são realizadas pelos indígenas. Os Kaingangs tem uma estrutura maior em sua aldeia (escolas, posto de saúde, telefone publico, e etc.). Já os Guaranis tem pouca estrutura.



Figura 10 Aldeia indígena Kaingang na Terra Indígena Marrecas. Fonte: Campo, 2014.

Contata-se ainda, que ocorre o arrendamento das terras indígenas para terceiros, para a o plantio da soja e milho. Grande parte das famílias indígenas tem renda proveniente dos programas sociais, como bolsa família.

Área 9 - composta pela sede urbana e arredores tem suas atividades baseadas na indústria, comércio e serviço público. Agricultores familiares produzem hortaliças para abastecer os moradores da cidade. Porém, grande parte das atividades estão ligadas ao meio urbano.

Essa diversidade e diferenças espaciais do município resultam em um contexto geográfico amplamente complexo e dinâmico. Tal constatação pode ser observada nos âmbitos sociais, econômicos, culturais e ambientais do meio rural. Nesse sentido, os anseios, as demandas e os interesses no campo são díspares.

No capítulo seguinte destacaremos a diversidade do espaço rural no município de Turvo, bem como a inserção da agricultura familiar nesse contexto.

CAPITULO 4

O MUNICIPIO DE TURVO E A DIVERSIDADE NO ESPAÇO RURAL

CAPITULO 4

4. O MUNICIPIO DE TURVO E A DIVERSIDADE NO ESPAÇO RURAL

Nosso desejo aqui é de descrever as características dos segmentos da agricultura familiar do município, mostrando sua diversidade. Optamos por estes, em virtude de sua relevância para a compreensão do modelo de agricultura praticada em Turvo. A experiência descrita parte do contato cotidiano com os segmentos e comunidades. É importante destacar que fizemos essa segmentação a fim de facilitar o entendimento das formas e manifestações observadas, mas pode-se dizer que elas se fundem no dia-dia, dificultando uma delimitação. De certa forma, são complementares entre si e caracterizam o conjunto de práticas vistas no município de Turvo.

As comunidades vão se transformando com o passar dos anos e com os novos aparatos da modernidade. Observa-se a manutenção de características tradicionais, bem como, suas transformações na medida em que o agricultor é inserido no mercado e tem acessos aos meios de produção modernizados.

4.1 Os Faxinalenses e suas lutas

Aqui vamos apresentar a realidade encontrada na atualidade, bem como o modo de vida específicos nos faxinais. Na região Centro-Sul do Paraná podemos encontrar os faxinais, que são um sistema agrosilvopastoril tradicional presente na floresta ombrofila mista. Suas características principais podem ser descritas da seguinte forma: são uma comunidade rural dividida em dois espaços, as “terras de criar” ou “criadouro” que são áreas de uso em comum dos moradores, onde são preservadas a floresta com araucária e são os locais de morada. Neste espaço estão as casas e os animais soltos. Outro espaço são as “terras de plantar” ou “de cultura”, são áreas de uso privado ou particular de cada morador. Nestas são desenvolvidas as atividades de agricultura que mesclam a produção para o mercado e para o consumo. Cada uma das comunidades faxinalenses tem suas características próprias, em virtude das suas bases culturais, econômicas e sociais. Embora estas comunidades sejam conhecidas há vários anos, são poucos os estudos sobre os

mesmos, sendo que os existentes tratam de estudos de casos específicos de cada comunidades.



Figura 11 Paisagem Rural na Comunidade Tradicional faxinalense Saudade Santa Anita. Fonte: Amaral, G. M. 2013

Souza (2001), em seu trabalho sobre o Faxinal Saudade Santa Anita de Turvo, apresenta as transformações sociais e econômicas ocorridas na região no período entre o final do século XIX e a década de 1990. O autor afirma que a partir da década de 1940 as indústrias madeireiras chegam na região e isto fez com que ocorresse a desagregação do sistema faxinal. São feitas algumas análises que apontam para a dissolução desse sistema, assim como as análises sobre o campesinato.

Porém, é importante ressaltar que no início deste século o faxinalense (re)-surge na luta pela retomada de seu território que ao longo de muitos anos foi sendo expropriado pelo avanço das relações capitalistas. Menin (2010) afirma que o termo faxinalense surge como forma de expressão da cultura centenárias dos agricultores camponeses que vivem neste sistema, a partir do 1º Encontro dos povos faxinalenses em 2005. No município de Turvo são encontradas dez comunidades faxinalenses, sendo que dentre essas se destacam 4 com mais de 50 famílias, são elas: Faxinal Saudade Santa Anita com 64 famílias, Faxinal dos Carriel com 52, Joaquim Costa com 60 e Ilha da Bandeira 53 famílias.

Os conflitos socioambientais citados pelos moradores das comunidades são consequência da pressão do agronegócio. Na visão dos faxinalenses a produção de

commodities como soja e milho e monoculturas como eucalipto e pinus, invadem os espaços de reprodução social e cultural faxinalense, conforme afirma um morador faxinalense da comunidade Faxinal Saudade Santa Anita, em entrevista:

O agronegócio invade nossas terra, tomando nosso território, os faxinalense se iludem e acabam entrando nessa. Isso acaba gerando conflito entre nós mesmo daqui da comunidade. Nossa relação, modo de vida e de trabalho vai sendo consumido por essa invasão. Alguns moradores começaram atacar nossos animais. Mesmo sabendo que é da eles atacam. Acredito que seja por causa da mudança no jeito de pensar que isso aconteça. (Entrevistado faxinalense, 2014)

Esse processo de entrada do agronegócio provoca uma grande agressão ao meio ambiente, pois é baseado no desmatamento e a utilização de agrotóxicos que atingem as nascentes. Outro conflito que os faxinalenses convivem é o não reconhecimento de sua cultura e do seu território. A luta pelos recursos naturais é vista em todos os faxinais.



Figura 12 Agronegócio nos limites do Faxinal Saudade Santa Anita Fonte: Amaral, G. G. 2013

As atividades desenvolvidas por estes povos são baseadas na produção para autoconsumo e venda do excedente. As atividades são a criação de animais soltos, plantação de hortaliças, milho e feijão, normalmente sem agrotóxicos. Há ainda a produção de ervas medicinais, a produção de leite e agroindústrias familiares com trabalho coletivo em algumas comunidades, que produzem para o mercado institucional da merenda escolar e outros mercados.

O faxinalense obtém renda através da venda de produtos do extrativismo, como a erva-mate e o pinhão, além da comercialização do excedente da sua produção. Entretanto, encontramos algumas famílias em situação de vulnerabilidade, quanto à reprodução social. São citadas como demandas as reformas de cercas e a ampliação do território, já que com o passar dos anos eles foram perdendo e sem ele não é possível gerar renda para manutenção familiar. A situação atual dos faxinalenses mostra que alguns necessitam buscar outras formas de sustento e alguns acabam empregando-se nas cidades, outros buscam alternativas como o emprego público na prefeitura municipal e, em algumas comunidades percebe-se alguns trabalhando na construção civil ou como assalariado rural em fazendas próximas.



Figura 133 Plantação de Plantas Mediciniais Fonte: Amaral, G. M. 2013

O Faxinal Saudade Santa Anita foi reconhecido recentemente como Área Especial de Uso Regulamentado (ARESUR). Esse reconhecimento pode servir como uma forma de defesa do território e da reprodução social das famílias, sendo que o ICMS ecológico previsto em virtude da ARESUR, pode ser repassado para a associação da comunidade, para aplicação em melhorias na comunidade faxinalense. Entretanto depois de um intenso debate com a comunidade e a câmara de vereadores, ainda não foi celebrado o convenio do

município com a associação faxinalense. Embora o mesmo tenha sido aprovado pelo legislativo no executivo não avançaram as negociações.

As conquistas dos faxinalenses de Turvo na ultima década foram fruto de sua organização. Porém percebe-se que atualmente estas organizações estão fragilizadas, sobretudo com falta de recursos materiais e humanos para atuar nas atividades organizativas. Percebe-se que os moradores dos faxinais estão lutando pelo desenvolvimento econômico local a partir de suas demandas já citadas, ou até por meio de projetos que possibilitem a permanência do jovem no campo. Este ultimo, aliado há uma educação do campo que priorize a cultura local, e valorize o modo de vida do meio rural.

4.2 Campina dos Morenos o reconhecimento Quilombola e a luta na terra

Os Quilombos são comunidades formadas por grupos étnicos de população predominantemente afrodescendente, urbanos ou rurais, que tem ligações e relação direta com a terra. Eles se autodefinem por laços de parentesco, por ocupação de um território delimitado e cultura própria. No município de Turvo se localiza a 22 quilômetros da sede urbana, no limite entre este município e Guarapuava a Comunidade Quilombola Campina dos Morenos. Este quilombo possui um século e meio de história, sua construção se deu no momento em que os negros se fixaram no local, vindos de fazendas da região de Guarapuava. Os moradores relatam que a comunidade era chamada de Campina dos Pretos depois Curitibinha e atualmente Campina dos Morenos. Tais alterações foram sugeridas por pessoas de fora da comunidade.



Figura 14 Plantação de milho no quilombo Fonte: Amaral, G. M. 2013

Até por volta de 1950 a área era isolada, existia apenas uma trilha que era local de passagem dos moradores da região que levavam a produção excedente para vendê-la em centros urbanos e comprar produtos que não eram produzidas no local. Com o avanço da colonização e modernização na região as coisas tomam maior agilidade, destaca-se aqui a nova forma de lidar com a terra, ou seja, ela como mercadoria. Com as terras integradas ao mercado de terras e o avanço da modernização, o modo de vida e as práticas de uso e manejo do solo em comum foram sendo suprimidos pelo capitalismo. Desta forma, foi diminuindo o espaço de reprodução social e cultural da comunidade. Como o passar dos anos o tamanho das propriedades foi reduzindo e com o intenso e contínuo cultivo o solo foi sendo desgastado.

Os moradores afirmam que os jovens deixam a comunidade em busca de trabalho nas fazendas da região, ou para municípios vizinhos em busca de outras fontes de rendas. Uma parte dos moradores atualmente são idosos e tem a aposentadoria como um das fontes de rendas. Atualmente são poucos os moradores que cultivam a terra com fins comerciais, pois o plantio para o autoconsumo predomina, mesmo com dificuldades no processo de produção.

Os moradores não fornecem muitas informações sobre a sua realidade, além de não participar de alguma organização que os ajude na construção de uma pauta baseada em

suas demandas. Ainda pode-se dizer que eles são isolados em virtude dessa não inserção em entidades organizativas e à não reivindicação junto ao poder público local. Porém não temos elementos para compreender as suas razões.

Em suas falas os quilombolas afirmam que a convivência dos seus filhos e netos em idade escolar com alunos urbanos, é um ponto negativo em virtude destes terem um outro modo de vida, que segundo eles é mais consumista. Observa-se a ausência de políticas públicas na comunidade, como ausência de assistência técnica por exemplo, que seria de fundamental importância para os moradores em virtude da baixa qualidade do solo.

Vemos que organização da comunidade seria um dos elementos para superação de obstáculos, mas por si só eles não conseguem esta organização. Neste caso seria importante o apoio de instituições. Quanto as demandas os moradores citam a necessidade de mais terra para plantar em virtude das propriedades serem pequenas, assistência técnica, escola na comunidade, um currículo escolar voltado para a realidade local, melhoria das estradas e da assistência médica e meios de comunicação como telefone.

4.3 Agricultura familiar camponesa

Consideramos que não é tarefa fácil delimitar este ou outro grupo social, pois suas características estão muito próximas. O termo “agricultura camponesa” significa para alguns autores uma categoria sociopolítica em contraposição ao chamado “agronegócio”, e outros utilizam deste como modelos teórico-analíticos. Entretanto, não é objetivo deste item refletir sobre o conceito. Buscamos aqui, apresentar as características deste segmento de agricultores, que não está integralmente inserido ao mercado e ao modelo de agricultura modernizada e tem como base para produção e desenvolvimento das atividades a família. Entendemos que este agricultor familiar é o “agricultor familiar camponês”.

Vemos que em Turvo os agricultores familiares camponeses buscam novas estratégias para sua sobrevivência e reprodução social. A diversificação e inovação da produção e até mesmo novos mercados são características. Contudo, a maioria está à margem do processo modernizado de produção agrícola. Sendo assim, sua condição de vulnerabilidade social e pobreza são observadas. São grupos de agricultores que em virtude da precariedade dos seus meios de vida, mantém um modo de relação própria com o mercado.



Figura 15 Produção de milho em propriedade Camponesa na localidade de Arvoredo. Fonte: AMARAL, G. M. 2013

Normalmente são de origem cabocla, mas vemos ainda descendente de imigrantes europeus. A produção destes agricultores é para autoconsumo, mas é realizada a venda de excedentes. Um agricultor familiar camponês entrevistado, conta que não tem acesso ao crédito rural, em virtude da falta da regularização fundiária, problema verificado em boa parte dos agricultores turvenses deste segmento,

Eu lido com as vaca de leite, tem duas. Pensei nun financiamento, mas por problema no documento da terra não dá certo, aqui é cessão de direito. Tem a horta, mas só para o consumo nosso. Porco pra come e vende quando se aperta. Feijão pra consumo e vende umas duas sacas. Daí tem milho pros bicho e pra troca na farinha. (Entrevistado maio de 2014)

Vemos que a produção principal desses agricultores é de grãos, leite em alguns casos suínos. Os excedentes são comercializados no mercado local, no caso do leite para cooperativas ou laticínios. Cabe ressaltar que atividades como o extrativismo da erva-mate e do pinhão, assim como as plantas medicinais são atividades desenvolvidas por este segmento.

Em algumas regiões do município observa-se que alguns agricultores estão cedendo ou arrendando suas terras para o plantio de culturas como a soja por exemplo. Em entrevista eles relatam dificuldade no crédito para investimento e a falta de renda nas suas atividades produtivas, conforme relata o camponês,

Antes agente plantava praticamente de tudo milho, feijão, arroz... Mas agente foi desistindo hoje já tem gente vizinho arrendando, pra gente de fora planta soja, daí vive da renda né... Eu já tive proposta, mas não quero abri aqui pra lavora grande, vou lidando até onde der. Nunca peguei credito de banco, tenho até medo disso, mas até que da vontade de investi um poco agora. Dizem que tem financiamento até pra esses tratorzinho pra mexer com a horta. Precisa produzi mais, pra garanti o sustento, pois é tudo caro. (Entrevistado maio de 2014)

Com a entrada deste tipo de produção em suas terras, muitos agricultores camponeses acabam dividindo seu tempo entre o trabalho na propriedade e serviços para os arrendatários, o que proporciona acesso a renda.

Este segmento ultimamente está sendo inserido no mercado institucional, ou seja, entrega para merenda escolar (PNAE municipal). Este tipo de produção potencializa a já existente para o autoconsumo, sendo que os excedentes vão para esse mercado. Os agricultores relatam que embora se tenha uma burocracia para o acesso, muitos deles estão conseguindo acessar esse mercado da merenda escolar,

...a gente entrega direto da escola, verdura, fruta, pão...étudo meio pro gasto, mas sempre sobra pra entrega. Ele é um poco complicado, tem que faze nota pra tudo, senão não recebe depois. Não da muita coisa, mas tudo é produto que ia se perde aqui, agora agente entregando vão ser bem aproveitado pelas criança da escola né. (Entrevistado Junho de 2014)

Uma significativa faixa destes agricultores não está vinculada há associações, cooperativa ou outras organizações. Outra parte esta vinculada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo – STR/Turvopara fins específicos como aposentadoria e outros benefícios sociais. Quanto a renda os entrevistados afirmam que é importante para a melhoria na qualidade de vida. Em entrevista um agricultor relata que, “se a renda aumenta melhora tudo, agente vive melhor. Porque daicomeça a facilitar em tudo. E ai também o poder aquisitivo do povo muda. Se melhora a renda damos um passo muito grande”, (Entrevistado Junho de 2014). Vale apena ressaltar que renda proveniente de benefícios sociais como o bolsa família é constante neste segmento.

Portanto, destacamos aqui que algumas famílias tem encontrado alternativa de renda na produção de plantas medicinais. Já que esta não necessita de grandes investimentos em tecnologia para sua produção. Desta forma estes agricultores estão inseridos em um mercado diferenciado através da cooperativa COOPAFLORE, pois seus

produtos são distribuídos em nível nacional e até internacional, como abordaremos a frente. Certamente este modelo de agricultura familiar predomina em Turvo, já que territorialmente estão distribuídos por todo o município. A área destes agricultores é de no máximo 20 hectares, ou seja, são 1.118 propriedades, que chega a cerca de 66% da propriedade da agricultura familiar do município. A mão de obra ocupada nessas propriedades ultrapassa 65% do total ocupado na agricultura familiar. Desta forma é possível ver a importância deste segmento no contexto do meio rural do município de Turvo.

4.4 Agricultura familiar modernizada

Entendemos o “agricultor familiar modernizado” como aquele que utiliza os meios de produção integrados ao mercado da agricultura verticalizada. As características variam da “dependência” do mercado de insumos até a integração com as grandes cooperativas. O objetivo principal de suas atividades produtivas é econômico. Utilizam técnicas de produção altamente modernas, bem como, de equipamentos de última geração. Normalmente, estão focados no aumento de áreas para produção. Embora as suas relações sociais sejam marcadas pelo “individualismo”, o trabalho é feito pelo grupo familiar, assim como na “agricultura familiar camponesa”.



Figura 16 Área de produção modernizada. Fonte: Campo, 2014.

Em Turvo, este modelo de agricultura está distribuído por várias localidades. As famílias têm acesso e utilizam com frequência financiamentos para suas atividades. O PRONAF contribuiu para o desenvolvimento desses estabelecimentos que possuem um padrão produtivo diferenciado de *commodities* agrícolas. Observa-se que este modelo de agricultura passa a se desenvolver em Turvo a partir do ano 2000. Conforme relata um diretor da cooperativa de crédito CRESOL,

Por volta do ano 2000 acontece uma grande busca de crédito por agricultores que naquele momento estavam comprando propriedade de agricultores menores, não só a compra, mas o arrendamento também. A base é familiar, mas com uma forte mecanização, alguns até compraram colheitadeira naquela época. Alguns cresceram e hoje nem fazem parte mais do PRONAF. (Diretor CRESOL, agosto de 2014)

De modo geral, esses agricultores estão em áreas planas e com terras férteis, o que facilita a mecanização. Muitos deles além das atividades de plantio de milho, soja, trigo e outros cereais trabalham com pecuária leiteira. Como o grupo familiar trabalha em conjunto as atividades são subdivididas no dia-dia. Embora esse grupo social esteja vinculado ao mercado, ele concilia a manutenção da produção diversificada para autoconsumo. Ao contrário da agricultura empresarial/patronal que muitas vezes fixa residência na sede urbana. Um agricultor relata sua experiência em entrevista,

É assim agente tem soja e entrega na Coamo. Planta milho pra silagem e no inverno faz cobertura pro gado de leite. Quase tudo financiado no PRONAF, porque o investimento é grande. Só tem coisa que não dá pra deixar de produzir, tipo feijão e miudeza agente sempre têm, mandioca, batata doce, batatinha..... imagine se fosse compra tudo, tem gente que compra, mas nós aqui preferimos plantar. (Entrevistado agosto de 2014)

Observa-se que estes agricultores estão vinculados há cooperativas como a COAMO, CVALE e AGRARIA. Estas proporcionam segurança a estes agricultores que buscam estabilidade em suas atividades. Outra atividade desenvolvida é o reflorestamento para produção de madeira. Mesmo que este grupo de agricultores busque o retorno econômico imediato, eles veem essa atividade como um investimento a médio e longo prazo. Conforme relata este agricultor que utilizou crédito para investir,

Eu acho importante reflorestar. Eu mesmo tenho um pedaço reflorestado acho que vai dar uns 10 hectares. E o retorno grande! E digo pra aqueles que tem acima de um hectare sobrando que plante eucalipto ou pinus... A madeira da cara né. E o investimento tem o PRONAF, 10 anos pra paga com 8 ou 9 agente já tirando a madeira. Não tem erro é uma poupança a mais né. (Agricultor, agosto de 2014)

Portanto, vemos que devido ao acesso ao crédito rural e a consequente produção para o mercado, as condições de vida desses agricultores também são melhores. Estão com uma moradia bem estruturada, tem acesso a bens de consumo, veículo de transporte, eletrodomésticos, além de acesso a serviços básicos como a educação e saúde para sua família. O tamanho da área destes agricultores varia entre 20 e 70 hectares, o que condiz com aproximadamente 15% das propriedades da agricultura familiar do município de Turvo.

4.5 A organização por meio de entidades: Alternativas e limites

A ausência de apoio para a agricultura familiar e a falta de políticas públicas locais, faz com que os agricultores busquem apoio através da atuação de organizações não governamentais que têm em muito contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar. Esse fenômeno pode ser observado através do relato de muitos dos agricultores e agricultoras entrevistados. Nota-se que por meio da organização os agricultores familiares de Turvo, criam seus espaços para debates e discussões de políticas públicas. Dentre estes espaços devemos destacar a existência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural-CMDR, criado em 1997, que permite e potencializa o acesso dos agricultores familiares a discussões e decisões relativas ao desenvolvimento rural municipal. Em reuniões mensais se discute políticas públicas de forma democrática, através das entidades de representação do agricultores, das quais se destacam o sindicato dos trabalhadores rurais - STR, associações comunitárias e cooperativas locais. Todo esse processo contribui para o desenvolvimento local, melhora a formação política dos agentes envolvidos, bem como amplia a participação da categoria nos espaços públicos de proposição de políticas públicas. Entretanto, nota-se que existe uma dificuldade grande de planejamento e proposição de políticas públicas por parte da própria administração municipal. Desta forma, observa-se que o município tem um histórico de luta dos agricultores familiares em busca de melhores condições de vida e por políticas públicas através da organização social.

Esta forma de atuação e organização garante fortalecimento da agricultura familiar local, bem como abre um horizonte para um projeto político baseado nas práticas e atividades de auto-sustentabilidade no município.

Vamos aqui apresentar algumas entidades que atuam junto à agricultura familiar, sendo que estas entidades já têm um histórico de luta, em prol da categoria no município. Destacamos que existe uma série de outras entidades que atuam no município, citamos aqui as quais foi possível conhecer e visitar.

4.1.1 COOPAFLORA – Cooperativa de Produtos Agroecológicos, Artesanais e Florestais de Turvo

Foi fundada em janeiro de 2006, através da união de agricultores locais, com o objetivo de organizar o processo de comercialização de plantas medicinais aromáticas e condimentares, erva-mate e outros produtos da Floresta com Araucária. Atualmente, a cooperativa mantém um quadro com mais de 160 agricultores familiares cooperados, que habitam o município de Turvo e outros municípios da Região Central do Paraná. A forma de comercialização que se busca é a justa e solidária (ARVOREDOBRASIL, 2014).



Figura 17 Sede do IAF e COOPAFLORA. Fonte: Campo, 2014.

A Coopaflores - Cooperativa de Produtos Agroecológicos, Artesanais e Florestais de Turvo, surgiu em um período que a produção de plantas medicinais e aromáticas crescia no município de Turvo em virtude da crescente demanda desses produtos em nível nacional e

internacional. Com a fundação da cooperativa a produção seria comercializada através de uma entidade do município, desta forma os produtores encontraram na cooperativa um instrumento de fortalecimento de suas atividades e redução de custos. O objetivo da mesma é a comercialização de plantas medicinais, aromáticas e condimentares desidratadas. Os cooperados são agricultores familiares de Turvo e região que produzem de maneira sustentável, com base na agroecologia. Além disso, a COOPAFLORA busca a comercialização justa e solidária de produtos orgânicos certificados, que são produzidos de forma sustentável, possibilitando assim a recuperação e conservação da floresta com araucária. Uma cooperada que participou do processo de fundação da cooperativa comenta sua experiência, para ela a renda melhorou,

Comecei meio sozinha, meu marido não queria, disse esse negócio de reunião é perda de tempo. Mas eu não desisti fui nas reuniões, gostei e achei que ia pra frente, mas meu marido duvidou. Fizemos curso lutamos até que formamos a cooperativa. Vejo que agente trabalhô mais de 25 anos e não mudava nada saia uma coisa pela outra. Vendia uma vez no ano e agora é bem menos serviço. O dinheiro por mês e o serviço é mais leve. Lá os sócios são mais mulher, depois que o negócio deu certo, os homens começaram a participar. (Entrevistado 05, 25 de Março de 2013)

O relato anterior esclarece sobre a organização da cooperativa e a sua importância para as famílias. Entretanto, a partir do início de 2014, a COOPAFLORA passa por dificuldades de gestão e financeiras. Mesmo com o financiamento de capital de giro via PRONAF ocorreram alguns entraves nos pagamentos há agricultores. Desta forma, muitos desanimaram, no relato do cooperado a baixo podemos ver isso,

No começo foi difícil, mas depois de um tempo as coisas estavam indo bem. O pagamento atrasava um pouco, mas vinha. Agora já tem um tempo que tá complicado, agente entrega e não recebe. Daí vai desanimando, já tô pensando em para de entregar. Muitos vizinho pararam já. Agente fica insistindo, mas é perigoso perde tudo né. Eles dizem que vão pagar, mas tá demorado. (Entrevistado 06, 25 de Abril de 2014)

Diante da situação podemos ver que a dificuldade de gestão da cooperativa fez com que muitos produtores deixassem a atividade, já que não recebiam seus produtos. Em entrevista um dos diretores comenta a situação,

Pra falar bem a verdade foi dada uma perda nos pagamentos, as dívidas do investimento estão vencendo e temos que pagar pra não complicar mais. Também teve gente que assumiu a direção e não soube tocar. Agora fico

só os problema para gente. Agente reduziu praticamente só pra erva-mate a nossa lida aqui. Com ela entra mais dinheiro e dá para ir pagando os agricultores. Alguns saíram, entraram uns novos e até tem gente voltando. Falta mais incentivo do poder publico pra coisa anda. (Entrevista diretor da COOPAFLORA, agosto de 2014)

Portanto, vemos que atuação da COOPAFLORA tem grande importância para agricultura familiar camponesa de Turvo. Mesmo com dificuldades de gestão e financeira a entidade agrega um bom numero de famílias agricultoras. Desta forma, atua como agente do desenvolvimento local, bem como, na elaboração de politicas publicas municipais para atender seus produtores.

4.1.2 Instituto Agroflorestral Bernardo Hakvoort – IAF

O Instituto Agroflorestral Bernardo Hakvoort – IAF é uma ONG fundada em 1995, por agricultores, técnicos, professores e líderes comunitários, que perceberam que estava acontecendo a descaracterização e degradação da Floresta Ombrófila Mista (Floresta com Araucária) no Município de Turvo e na Região Central do Estado do Paraná. Segundo Hakvoort (1997), o objetivo da entidade é a atuação com agricultores familiares auxiliando tecnicamente e trazendo incentivos econômicos para desenvolvimento de atividades sustentáveis. Atualmente, as principais atividades são a assistência técnica para produção de plantas medicinais, condimentares e aromáticas, bem como, o uso sustentado da floresta, principalmente na extração da erva-mate. A entidade é referencia em desenvolvimento sustentável e preservação ambiental na região sul do Brasil (IAF, 2014).

Segundo os diretores, as atividades desenvolvidas pelo IAF, demonstram resultados expressivos, tanto pelo número de famílias atendidas quanto pela geração de renda através da comercialização dos produtos da floresta. Um dos diretores comenta em entrevista sobre essa questão,

Desde o inicio IAF tem buscado inovar nas atividade sustentáveis, o trabalho tem dado resultado expressivo, tanto que a entidade é reconhecida nacional e internacionalmente pelo sei trabalho. Hoje tendemos mais de 120 famílias. Cada uma delas recebe assistência e orientação técnica, tanto para a produção própria como para consumo familiar. Quanto a geração de renda tem gente que vive só das atividade que o IAF incentivou. (Diretor do IAF, novembro, 2013)

Buscando melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares destaca-se o apoio da empresa Natura Cosméticos S.A., que adquire produtos certificados como produção orgânica. Mesmo assim, esta conquista não é suficiente para a expansão das atividades, conforme comenta um diretor,

O apoio da natura veio na hora certa, é importante, mas temo que correr atrás de meios convênios com outras ONGs para tentar suprir a demanda de assistência. Convenio com o poder publico também ajuda na contratação de técnicos para poder atuar junto aos agricultores. (Diretor do IAF, novembro, 2013)

A orientação técnica dos agricultores familiares visa ainda à produção agroecológica, a formação de sistemas agroflorestais, a manutenção de sistemas tradicionais de uso da terra como os “Faxinais”, o resgate cultural de alimentos crioulos, a recuperação e conservação ambiental, a valorização do trabalho feminino e a produção de alimentos básicos visando à segurança alimentar. Outras atividades já vem sendo desenvolvidas conforme destaca o diretor,

Hoje temos outros trabalhos, horta comunitária e proteção de nascentes são atividades que estamos trabalhando agora também. Isso da um retorno grande, vem recurso internacional no caso da proteção de nascentes. A horta é com recurso de empresas brasileiras. Tudo isso ajuda a melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, acho que isso é importante. (Diretor do IAF, novembro, 2013)

As atividades do IAF, contribuem para formação dos agricultores camponeses. Assim, garante o fortalecimento da agricultura familiar local, bem como, apresenta um projeto de modelo de desenvolvimento sustentável no município.

4.1.2 Associação dos Grupos Ecológicos de Turvo - AGAECO

A Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica – AGAECO foi fundada em 2001. Possui cerca de 50 famílias associadas e divididas grupos espalhados pelas localidades rurais do município. O tamanho das propriedades varia, entre 5 até 15 hectares, desta forma é possível ver que o agricultor familiar camponês é o público da AGAECO. A força de trabalho, tendo como proposta a agroecologia e o desenvolvimento

socioambiental. Seu objetivo visa incentivar a organização, preservando seu modo de produzir e de viver, (AGAECO, 2013). A Economia Solidária e a Soberania Alimentar norteiam suas estratégias, tendo por base a solidariedade e a cooperação entre os membros da associação.

A AGAECO iniciou em 2003 a operação do PAA/CONAB (Programa de Aquisição de Alimentos) que beneficiava escolas no município de Turvo. A cerca de 3 anos entidade vem enfrentando problemas de gestão e passa por dificuldades. Atualmente as atividades estão relacionadas a pequena produção de produtos da agroindústria de massas e hortifrutigranjeiros para entrega na merenda escolar. Entretanto tem potencial para produção de uma grande diversidade de alimentos que vão desde cereais até frutas e panificados.

Desta forma, pode-se dizer que a AGAECO, proporciona para seus associados uma maior autonomia, pois foi o modelo de agricultura incentivado que permite aos agricultores uma certa “independência” de tecnologias e insumos externos. Outro ponto é que a entidade proporciona aos seu associados uma reflexão sobre o seu modo de vida.

4.1.3 Sindicato dos trabalhadores rurais de Turvo – STR

A atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo – STR Turvo é o resultado do processo de organização dos Agricultores Familiares do município, a fundação se deu em fevereiro de 1986. Atualmente é filiado a FETRAF-SUL. A fundação da entidade é resultado de mais de dez anos. Foi um processo de formação que contou com a participação da Emater-Acarpa e da Pastoral Rural da igreja católica. As discussões eram de caráter formativo, buscando a organização dos agricultores. A ideia era fundar uma entidade que representasse os agricultores de forma independente. Segundo um dos associados fundadores a estratégia era levar a discussão da fundação do sindicato para todo o município. Ele relata,

Clube de mãe, círculo bíblico, reunião nas comunidades e igrejas tudo valia. Agente queria contar o que era o sindicato e pra servir e como era fundado. Também era mapeado quem era liderança a local, já pensando depois da fundação. E assim foi indo, um aluta mesmo, no dia da

fundação tinha umas 800 pessoas, pra época era muita gente. (Associado fundador do Sindicato, julho de 2014)

Considera-se como um grande salto no processo organizativo dos agricultores do município, fortalecendo a luta por melhores condições de vida no meio rural (terra, saúde, previdência, credito, habitação e etc.). O STR-Turvo também reforçou a organização dos grupos de produção, desenvolvendo atividades na busca de alternativas para os pequenos agricultores (horticultura, apicultura, plantas medicinais, etc.). O trabalho fortaleceu ainda a organização das mulheres agricultoras, que tiveram importante papel no desenvolvimento do município, pois no início do processo de organização existiam mais de 30 clubes de mães organizados nas comunidades rurais. No decorrer dos anos 90 e 2000 o sindicato foi atuante e participou do processo de fundação de varias outras entidades como IAF, CRESOL, COOPAFLORA e AGAECO. Entretanto um diretor comenta as dificuldades enfrentadas por volta de 2006,

Nós assumimos aqui em 2006, estava complicado, tinha muita dívida. Não tinha sócio em dia com a mensalidade e cobrador vinha direto. O sindicato eu digo que é o pai de todas as outras, CRESOL saiu daqui, IAF saiu daqui também, AGAECO mesma coisa. Então fui atrás deles e aos poucos fomo retomando os trabalho do sindicato. Hoje até que a coisa melhorou. Ainda falta estrutura como carro pra faze reunião nas comunidade e tal, mas ta bem melhor agora. (Diretor do Sindicato, julho de 2014)

Atualmente o sindicato dos trabalhadores rurais de Turvo atua na mobilização da agricultura familiar, para manutenção de direitos previdenciários. Atua inda na execução de unidades habitacionais por meio do Cooperativa de Habitação Rural. Nos últimos não foram construídas com apoio do sindicato mais de 60 casas, segundo os diretores é prioridade os agricultores que possuem baixa renda, mas a dificuldade é com relação aos documentos para a liberação do recurso. O diretor responsável pelo programa de habitação comenta,

Aqui a gente busca atender os nossos associados, até porque a gente conhece o perfil deles e sabe muito sobre as suas necessidades. É importante a gente trabalhar com nosso quadro social. Aqui buscamos incluir os beneficiários do Bolsa Família, as famílias em situação de vulnerabilidade ou aquelas casas onde moram duas, três ou mais famílias juntas. Aqueles que estão fora das entidades têm mais dificuldades de acesso ao programa. (Diretor do Sindicato, 2014)

O sindicato possui cerca de 2000 associados atualmente, a maioria deste quatro procura a entidade para fins previdenciários. Agricultores familiares camponeses e/ou modernizados associados tem acesso a declaração de aptidão ao Pronaf – DAP por meio do sindicato, este documento garante o acesso aos credito rural e acesso a venda de seus produtos há programas institucionais de compra como o da merenda escolar.

4.5 A produção e o mercado de Plantas medicinais: algumas considerações

No decorrer da década de 1990 inicia em Turvo o processo de produção e comercialização de plantas medicinais, sendo que este se expande para outros municípios da região. A atividade atualmente ainda pode ser considerada inovadora e diferenciada, pelo seu sistema produtivo e ainda pela sua forma de comercialização. O IAF tem um importante papel no processo da produção de plantas medicinais, pois atua desde sua fundação como ponte entre os agricultores familiares e/ou grupos em localidades rurais e os compradores, sejam em nível nacional ou até mesmo internacional. A RURECO também contribuiu com os projetos iniciais e em seguida com a fundação da CERCOPA, que garantia a comercialização da produção. Atualmente a referencia em comercialização da produção de plantas medicinais em Turvo é a COOPAFLOA. A marca utilizada para a o mercado é a ARVOREDO BRASIL. No decorrer deste item analisa-se com mais detalhes o tema. Inicialmente, aborda-se o histórico da produção e comercialização de plantas medicinais, apresentando a experiência do IAF. Em seguida, analisa-se o processo de produção no município e a comercialização.

O processo de produção das plantas medicinais teve inicio no ano de 1996, quando grupos de agricultores familiares, principalmente mulheres, começaram a participar de várias etapas de capacitação, por meio de projetos do IAF. O objetivo dos projetos era aliar a preservação da floresta de araucária com a geração de renda para os agricultores familiares camponeses, tendo por base a utilização sustentável dos recursos naturais, buscando uma melhoria na qualidade de vida das famílias participantes. Nos anos seguintes acontece a consolidação desta atividade, ocorrendo um aumento do número de famílias produtoras, bem como, na produção municipal.

Segundo dados do IAF (2013), em 1996 iniciaram o projeto de produção das plantas medicinais 26 famílias, em 1998 estavam envolvidas 31 famílias, já em 2009 cerca de 170 famílias eram produtoras. Um dos motivos que impulsionou o aumento de famílias foi a parceria entre empresa NATURA com o IAF, para execução de um projeto com foco nas

comunidades tradicionais. Este projeto garantia a compra de grande quantidade de plantas medicinais, bem como, propiciava uma renda maior as famílias com as plantas vendidas em virtude do preço diferenciado. Dentro dessa perspectiva aumenta também a diversidade de plantas medicinais produzidas e comercializadas, totalizando mais de 20 espécies merecendo destaque a melissa, carqueja, capim limão e alcachofra.

Em entrevista realizada com uma das lideranças do IAF, ela destaca as características dos agricultores familiares envolvidos:

Temos o foco na mão de obra familiar, já que a agricultura familiar é predominante em todo o nosso município e na região central do estado. Buscamos os pequenos para trabalhar, pois são o que mais precisam. O cultivo de plantas medicinais possibilita a geração de uma boa renda em pequenas áreas de cultivo, essa renda pode ser superior há outras como a da soja, milho e até o fumo. Acho que se for bem trabalhado um hectare de medicinais chega a render mais do que seis hectares de milho ou soja. Hoje temos dificuldades de organização e de produção, mas vemos um aumento da demanda, embora hoje até tenha acesso ao crédito (PRONAF) para a produção de plantas medicinais, parece que o povo foi desanimando. (Entrevista com liderança do IAF, março de 2013)

O processo de produção e comercialização de plantas medicinais em Turvo, segundo o IAF (2013) possibilita a produção em um sistema de agrofloresta. Esse modelo permite consorciar produção de plantas medicinais e a preservação ambiental gerando renda para as famílias. A assistência técnica prestada incentiva os agricultores optarem por sistemas orgânicos e agroecológicos, sendo que a maioria dos produtores tem certificação orgânica.

A comercialização das plantas medicinais dos agricultores familiares de Turvo, era realizada inicialmente nos anos 90, através da CERCOPA, que havia sido criada com apoio da RURECO em Guarapuava. Com o aumento de produtores e da demanda de comercialização, surgiu a idéia de fundar uma cooperativa local. Desta forma, em janeiro de 2006, foi fundada a COOPAFLORA, com o objetivo de centralizar o organizar a comercialização de plantas medicinais, erva mate e pinhão. Esse processo foi relatado em entrevista, por uma das lideranças da cooperativa,

A COOPAFLORA foi fundada em 2006, através da organização dos agricultores produtores de Turvo, que eu destaco eram todas mulheres. A proposta surgiu das famílias que o IAF atendia, como aumentou e o IAF não podia comercializar por ser uma ONG foi fundada a cooperativa. Foi 26 fundador agora é mais de 100 sócios do município e de fora também. Antes tinha bastante produção e não tinha mercado, hoje inverteu a demanda é grande por ervas medicinais. A cooperativa atende Turvo e tem produtor de Santa Maria do Oeste, Campina do Simão e Boa Ventura de São Roque. Agora tá bem difícil, pois a cooperativa precisa reestruturar a questão dos sócios expandi mais sabe. (Entrevistado 03, liderança COOPAFLORA, setembro de 2013).

Atualmente são certificadas como produto orgânico mais de 30 espécies de plantas, que são entregues pelo agricultores na COOPAFLORA . O selo que permite a garantia de que o produto é realmente orgânico sem a utilização de produtos químicos, bem como, demonstra que o processo de produção é baseado em práticas sustentáveis.

Um agricultor que produz e entrega seus produtos para COOPAFLORA, relata sua experiência com a produção em entrevista a seguir,

Planto medicinais desde 2000. Aqui tenho alcachofra, alecrim, guaco, capim-limão e orégano, de tudo um pouco. Entregamos para a COOPAFLORA, o IAF me cobra para trabalhar com adubação orgânica e eu tento seguir no máximo, pois até que é uma atividade lucrativa, pra gente que tem pequena propriedade. Nosso aqui é seis hectares somos em quatro na família. Na época fomo planta pra ter mais renda. As vezes atrasa pagamento, mas trabalhamos com leite também dai equilibra um pouco. Agente é pobre, mas da pra dá estudo pros filhos e vive, mas falta uma carro, uma casa melhor e tal. (Entrevistado 02, agricultor 17 de maio de 2013).

Citamos inicialmente a produção e comercialização de plantas medicinais era realizada especialmente pelas mulheres, ou seja, uma atividade feminina. Entretanto, observamos que isso começou a se modificar. Alguns agricultores comentam que a partir do momento que a atividade começou a gerar renda, os homens passaram a participar, mas a primeira característica é mais comum em Turvo.

Diante disso, o momento atual é de reflexão quanto ao modelo de produção e comercialização destes produtos, já que a atividade passa por problemas de gestão no município.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento desta pesquisa surgiram vários questionamentos sobre a agricultura familiar. Buscou-se realizar um estudo apresentando a agricultura familiar, levando em conta sua diversificação no ambiente social, econômico e cultural.

Apesar de todas as dificuldades encontradas em relação na construção da pesquisa e na articulação teórica com os dados coletados, bem como nas reflexões sobre os dados vistos em campo, foi possível construirmos um perfil da agricultura familiar no município de Turvo-PR. Nesse sentido, também realizou-se uma caracterização do espaço rural do município.

Ao observar a configuração do espaço rural de Turvo-PR, constatou-se que a mesma está diretamente influenciada pelos atores da agricultura familiar. Esses sujeitos sociais organizados alcançam protagonismo a partir do seu papel coletivo.

A dinâmica das organizações sociais influencia diretamente na organização do espaço rural. Assim, vemos que o espaço rural de Turvo é produzido a partir do interesse de diferentes atores envolvidos. Sendo assim, a dinâmica existente nas comunidades rurais promove as transformações no espaço local. O conjunto de atividades e a pluralidade dos sujeitos do campo materializam o contexto diverso e, ao mesmo tempo, complexo do espaço rural do município de Turvo-PR.

Ainda como resultado da presente pesquisa, destacamos como fator importante essas heterogeneidades, apresentando que os elementos da modernidade são recebidos de forma diferente por cada segmento estudado.

Observamos uma predominância do modelo chamado de “agricultura familiar camponesa”, sendo que muitas vezes este segmento fica a margem do desenvolvimento Rural.

As constantes transformações no espaço rural abrem espaço cada vez mais para uma agricultura familiar mais integrada aos mercados com relações vinculadas ao externo. Porém, esta pesquisa necessita ser aprofundada para uma maior compreensão da realidade e perspectivas da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales”. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G. e LATTUADA, M.(Orgs.). *Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios*. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

ALANTEJANO, Paulo Roberto. O que há de novo no rural brasileiro? Revista Terra Livre, São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de Desenvolvimento Territorial e Multifuncionalidade da Agricultura Familiar no Brasil. In.: CAZELLA, A. A.;

BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Orgs). Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BRANDENBURG, Alfio. Colonos: subserviência e autonomia. In: FERREIRA, Ângela D. D.; BRANDENBURG, A. *Para pensar: outra agricultura*. Curitiba, PR: Editora da UFPR, 1998.

CARNEIRO, Maria José. “**Rural**” como Categoria de Pensamento. Revista Ruris, Volume 2, Número 1, Março de 2008.

CARNEIRO, Patrício A. Silva. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. Campo Território: revista de geografia agrária, v.4, nº 8, p. 52-66, 2009.

COOPAFLORA, Cooperativa de Produtos Agroecológicos, Artesanais e Florestais de Turvo. Disponível em: <<http://www.arvoredobrasil.com.br/coopafloira/>> Acesso em: 30 de maio de 2013.

CHAYANOV, A. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

ELIAS, Denise. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, p. 29-61, jan./jun. 2006.

FERNANDES, B. M. Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: novas configurações do campo brasileiro. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 11-27, Jan/Jun 2003.

FERREIRA, Darlene A. de Oliveira. Mundo rural e geografia: geografia agrária no Brasil, 1930-1990. São Paulo: Edusp, 2004.

FLAMARION, Dutra Alves; FERREIRA, Enéas Rente. **Importância das teorias agrárias para a geografia rural.** *Mercator*, Fortaleza, v.8, n.16, p.147-156, 2009.

HAKVOORT, Bernardo – Turvo, no caminho do desenvolvimento sustentável. 1997.

IAF, Instituto Agroflorestral Bernardo Hakvoort. Disponível em: <<http://www.arvoredobrasil.com.br/iaf/>> Acesso em: 30 de maio de 2012.

IBGE. Censo Agropecuário 2007. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuuario.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2014.

IPARDES, Primeiros Resultados do Censo Agropecuário 2006 – Paraná Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/nota_tecnica_censo_agropecuuario_2006.pdf> Acesso em: 27 de maio de 2013.

LAMARCHE, H. Agricultura familiar: do mito à realidade. Campinas: UNICAMP, 1998.

LAMARCHE, H. (Coord.). A agricultura familiar: comparação internacional. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MALUF, R.; MATTEI, L. Elementos para construção de uma agenda de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza rural. In: MALUF, R.; MATTEI, L.;

MARQUES, Inez Medeiros. O conceito de espaço rural. Revista Terra Livre, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95 a 112, 2002.

MDA. Agricultura Familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/publicacoes/>> Acesso em: 03 maio 2014.

MDA. Programa Territórios Rurais. Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Brasília: Secretaria de desenvolvimento territorial. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas//territoriosrurais>> Acesso em fevereiro 2014.

MARCONDES, G. G. Imigrantes Franceses em Guarapuava. Guarapuava 1996. (mimeo)

MENDRAS, H. Sociedades camponesas. São Paulo: Zahar, 1978.

PORTAL DA CIDADANIA. Territórios da Cidadania. Disponível em <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>> Acesso em Maio 2014.

PORTELLA, Alecxandra Vanessa. Campina dos Morenos: Um quilombo preservado. Edição Própria, 2001.

PONTES, Beatriz Maria Soares. A Organização da Unidade Econômica Camponesa: Alguns Aspectos do Pensamento de Chayanov e de Marx. Revista Nera. 8, N. 7. julho/dezembro, 2005.

SANTOS, Milton. Espaço e método, 3. ed., São Paulo: Nobel, 1992.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista NERA Presidente Prudente Ano 8, n. 7 pp. 1-21 Jul./Dez. 2005.

SILVA, José Graziano da. O que há de novo no rural brasileiro. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 19, n. 1, p. 37-67, jan./abr. 2002.

SCHNEIDER, Sérgio ; NIEDERLE, Paulo André. Resistance strategies and diversification of rural livelihoods: the construction of autonomy among Brazilian family farmers. Journal of Peasant Studies, v. 37, p. 379-405, 2010.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. São Paulo: Record, 2001.

SILVA, J.G. A nova dinâmica da agricultura brasileira. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

SOUZA, R. M. Transformações econômicas e sociais e trajetória na agricultura familiar: estudo de caso sobre a desconstrução da autonomia familiar no Faxinal Saudade Santa Anita, Turvo – PR. Santa Maria, 2001. 135 p. Dissertação UFSM-RS.

WANDERLEY, M. N. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural: In: ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Norma Giarracca.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade, *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 21, p. 42-62, 2003.

TONNEAU, Jean-Philippe, SABOURIN, Eric. Agricultura familiar : interação entre políticas públicas e dinâmicas locais : ensinamentos a partir de casos. Porto Alegre : UFRGS, 2007.

ANEXO

MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGRICULTORES FAMILIARES

ENTREVISTA

1. De onde a família vem?
2. Quanto a propriedade da terra o Sr. é:
Arrendatário () Posseiro () Proprietário () Outros: _____ Tem o documento de propriedade? () sim () não
3. Quanto a renda da família quanto vem da propriedade _____ %de outras atividades _____ %
Aposentadoria _____ % Benefícios sociais _____ %
4. Fale um pouco sobre a vida da família antes de participar das alguma entidade?
5. Gostaria de saber mais sobre a vida da família hoje; sobre a terra para o plantio; fertilidade do solo; área de Faxinal ou não; preservação da mata; diversidade de plantio; sementes para os plantio; disponibilidade de água para beber; necessidade de ainda usar algum produto químico para produzir;
6. É feito plantio e produzido para própria alimentação e a alimentação da família?
7. O que é para o Sr. produzir alimentos para os outros?
8. Como é a vida na comunidade?
9. O que não pode faltar na roça para a alimentação da família.
10. Onde o Sr. Compra os alimentos que não são produzidos na sua terra.
11. O queo Sr. Planeja para o futuro da família.